

Seminário de Líderes Emergentes do Sector de Segurança

PROGRAMA

Washington, D.C.

23 de outubro a 9 de novembro 2017



SEMINÁRIO DE LÍDERES EMERGENTES DO SECTOR DE SEGURANÇA

23 de outubro a 09 de novembro de 2017 Washington, D.C.

PROGRAMA

ÍNDICE

Introdução

Mapa de África

Cerimónia de abertura e resumo do curso

Módulo 1: Desafios de liderança e a estratégia de segurança nacional

Sessão Plenária 1: Liderança eficaz no sector de segurança de África

Grupo de Discussão Exercício Estudo de Caso: Aplicar os Princípios de Liderança Ética a África

Sessão Plenária 2: Estratégia de segurança nacional: princípios fundamentais e gestão de recursos

Sessão Plenária 3: Mecanismos regionais para a resolução de conflitos

Sessão Plenária 4: Adaptar a estratégia de segurança nacional em tempos de mudança

Liderança visionária: Visita a Mount Vernon

Exercício Resumo Retroscpectivo sobre Estratégias de Segurança Nacional

Módulo 2: Resolução de desafios de segurança

Sessão Plenária 5: Tendências no panorama de segurança em evolução de África

Grupo de Discussão Exercício Estudo de Caso: Relação Segurança-Desenvolvimento

Sessão Plenária 6: Perspectivas de género na segurança

Sessão Plenária 7: Ameaças transnacionais

Sessão Plenária 8: Estratégia de segurança marítima

Sessão Plenária 9: Foco conflito: Combater o extremismo violento no lago Chade e no Corno de África

Sessão Plenária 10: Foco conflito: Resolução da guerra civil no Sul do Sudão e República Centro-africana

Sessão Plenária 11: Foco conflito: Crise de governança nos Camarões e Moçambique

Sessão Plenária 12: Desafios de segurança em África: Olhar para of futuro

Mesa redonda pública: Reconstruindo as comunidades africanas após o conflito

Exercício Resumo Retrospectivo: Resolução de Desafios de Segurança

Módulo 3: Fazer uso de parceiros de segurança externos

Sessão Plenária 13: Fazer uso dos parceiros de segurança externos de África

Sessão Plenária 14: África prioridades do Departamento de Defesa dos EUA

Sessão Plenária 15: África prioridades do Departamento de Estado e de USAID

Sessão Plenária 16: Sociedade civil e política EUA-África

Sessão Plenária 17: A União Europeia em África

Sessão Plenária 18: China em África

Sessão Plenária 19: Parceiros Externos Emergentes em África: Turquia, Índia e os Estados do Golfo

Grupo de Discussão Estudo de Caso: Coordenar e Fazer Uso de Assistência de							
Segurança a África							
Exercício Resumo Retrospectivo: Coordenar e Fazer Uso de Assistência de Segurança a África							

Introdução

"O papel da liderança deve ser claramente entendido, modalidades adequadas de fomento e nomeação da liderança dinâmica devem ser desenvolvidas, e também é fundamental a necessidade de promover a responsabilização e transparência no exercício das funções de liderança. Um grande desafio é transcender a noção de liderança como uma preocupação personalizada para a construção de uma cultura de liderança como uma instituição". (Dr. Salim Ahmed Salim, ex-secretário geral da Organização da Unidade Africana)¹

"Os bons líderes se desenvolvem por meio de um constante processo de autoaprendizagem, educação, treinamento e experiência." (General de brigada (da reserva) Daniel K. Frimpong, excomandante da Academia Militar de Gana)²

Sobre o Centro de África

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia a política dos Estados Unidos para a África ao trabalhar com os países africanos para aumentar a segurança e promover a democracia na África. O Centro de África prossegue a sua missão promovendo maior profissionalismo e princípios democráticos no setor de segurança da África por meio de programas focados na harmonização dos pontos de vista sobre desafios de segurança comuns, informando o papel da segurança nas sociedades civis e negando apoio ideológico ao terrorismo e extremismo. Os programas do Centro de África também buscam promover a interação produtiva entre líderes seniores militares e civis e estabelecer redes profissionais viáveis.

Desde a sua criação em 1999, o Centro de África promove a democracia e maior profissionalismo no setor de segurança da África por meio de programas que promovem a interação produtiva entre líderes seniores militares e civis e estabelecem redes profissionais viáveis. Oferece um fórum de estilo acadêmico para os profissionais do setor de segurança da África para identificar e avaliar ameaças de segurança atuais e emergentes, chegar a um consenso sobre estratégias e responsabilidades compartilhadas para a segurança nacional e regional e reforçar melhores práticas internacionalmente reconhecidas em suas diversas esferas de atividade. O programa do Capítulo Comunitário do Centro promove a rede de contatos de pares entre mais de oito mil antigos participantes de seus programas, proporcionando-lhes a oportunidade para continuar o diálogo e colaboração sobre as principais questões de segurança ao retornarem aos seus países de origem.

Por que realizar este programa?

Existe um consenso geral entre líderes, estudiosos e profissionais africanos que a liderança efetiva e ética é fundamental para o sucesso do continente.

Você já recebeu uma quantidade considerável de instruções sobre profissionalismo, ética e liderança/tomada de decisão por meio de educação militar formal e experiências não acadêmicas. Além disso, sua nomeação pelo seu governo para participar deste programa indica que o seu desempenho passado e o seu potencial nessas áreas são considerados de grande importância. Nós honraremos essas realizações e procuraremos construir sobre elas de forma significativa e útil.

O objetivo geral do programa é fornecer ferramentas práticas e eficazes que você pode utilizar para contribuir para a segurança e o desenvolvimento de sua nação. Além disso, nós procuramos:

- Investigar ideias atuais sobre liderança (de pessoas e instituições), tomada de decisão, profissionalismo militar e ética no contexto da África.
- Aumentar sua conscientização de questões sobre as respostas estratégicas apropriadas às ameaças de segurança atuais e emergentes em toda a África.

Métodos

Para alcançar o objetivo geral de fornecer ferramentas que os participantes podem utilizar para o desenvolvimento de sua estratégia de segurança nacional, a ACSS usará a seguinte metodologia durante o programa de três semanas:

- Focar na liderança ética;
- Amplo diálogo e interação com conhecidos líderes seniores e instituições de liderança;
- Enfatizar a prática sobre a teoria e sobre o pensamento crítico;
- Priorizar a aprendizagem cooperativa
- Enfatizar a política de não atribuição da ACSS para incentivar discussões franca
- Realizar discussões em inglês, francês e português para garantir que os participantes possam se expressar e compreender uns aos outros.

Visão geral do programa

Liderança, tomada de decisão ética e padrões de comportamento em nível estratégico servirão como tópicos centrais do programa. Este tema será recorrente nos três módulos a seguir: desafios de liderança e estratégia de segurança nacional, resolução dos desafios de segurança e alavancagem de parceiros de segurança externos. Os módulos são interrelacionados e se reforçam mutuamente. Cada módulo será reforçado com uma excursão e um exercício de estudo de caso, destacando os principais temas das sessões. Os participantes concluirão cada módulo com um *briefback* (sinópse feito pelos participantes) identificando os principais problemas discutidos.

Desafios de liderança e estratégia de segurança nacional
 Este módulo prepara o palco para os conceitos de liderança ética que definem o programa de três semanas. Explora o impacto da liderança efetiva no setor de segurança da África e discute princípios éticos essenciais para uma boa liderança. Também inclui sessões sobre os principais conceitos de desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional, a gestão de recursos do setor de segurança, o impacto sobre a África de choques sistêmicos à segurança nacional dos EUA.

• Resolução dos desafios de segurança

O segundo módulo é composto por plenários que abordam ameaças de segurança críticas enfrentadas pela África. Está centrado na relação entre governança, estado de direito e segurança, reforma do setor de segurança e as relações entre civis e militares, ameaças transnacionais, estratégia de segurança marítima e perspectivas de gênero sobre segurança. O módulo conclui com um conjunto de fóruns sobre diferentes ameaças à segurança e desafios de construção da paz, incluindo o combate ao extremismo violento no Chifre da África, governança e construção da paz na República Democrática do Congo e Sudão do Sul e ameaças transnacionais e construção do Estado no Sahel-Saara.

Alavancagem dos parceiros de segurança externos
 Este último módulo oferece uma visão geral dos principais parceiros externos que influenciam o setor de segurança da África: Estados Unidos, União Europeia, Turquia, China, Índia e os Estados do Golfo. Sessões sobre como tirar proveito da assistência de segurança e as relações internacionais de segurança da África fornecem contexto para entender como gerenciar efetivamente as parcerias externas.

Os tópicos são apresentados por um orador convidado ou painel de especialistas, seguido de sessões de discussão em grupos. As discussões em grupo serão moderadas por facilitadores que são especialistas altamente qualificados e experientes. Cerca de metade dos especialistas são africanos e a outra metade é composta por europeus ou americanos. A função dos facilitadores não é recomendar ou insistir em uma solução "correta", mas garantir um diálogo fácil e estimular a reflexão. Aproveite a riqueza de conhecimentos e experiências dos facilitadores, mas também sinta-se à vontade para desafiá-los. Além disso, você receberá instruções por computador no início do programa, incluindo uma introdução ao MERLN (Military Education Research Library Network – Rede de bibliotecas de pesquisa de educação militar), que fornece acesso a um rico acervo de recursos acadêmicos e políticos para aprofundar seu conhecimento sobre assuntos de seu interesse.

Durante a última semana do programa, os participantes serão obrigados a completar um exercício de simulação interativo concebido para reforçar conceitos analisados durante o curso e incentivá-lo a pensar estrategicamente sobre a melhor forma de aplicá-los.

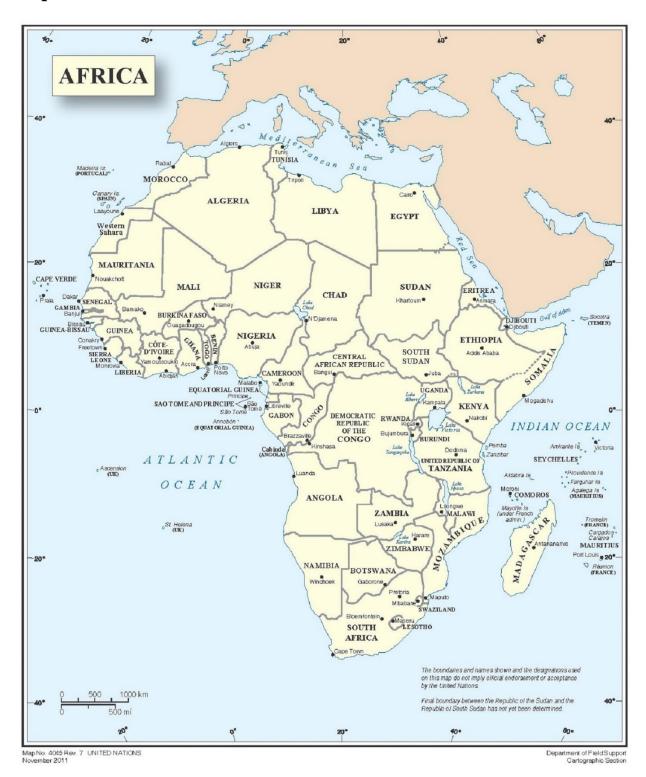
Programa

Este programa proporciona uma visão geral do material acadêmico e das principais questões políticas relacionadas à liderança ética no setor de segurança da África. Esse documento é organizado nos moldes dos quatro módulos deste programa. Para cada módulo, o programa oferece uma breve introdução e estrutura questões para discussão. Nós fornecemos artigos selecionados, cujo principal objetivo é garantir que você e seus colegas possam aproveitar ao máximo as apresentações. Nós percebemos que o programa provavelmente cobre mais questões e materiais do que pode ser suficientemente discutido no tempo disponível. Esperamos que você use esses materiais como recursos, mesmo após o encerramento do programa. Você vai perceber alguma repetição nas questões para discussão relacionadas com as sessões plenárias e as mesas redondas e há algumas questões de temas semelhantes que também são recorrentes nos vários módulos. Isso foi feito de forma intencional para reforçar os principais conceitos e apresentá-los com um rico conjunto de ideias sobre profissionalismo, ética, liderança e tomada de decisões.

Incentivamos a apresentação de perguntas e sugestões sobre os materiais e o curso em geral. A qualidade dos nossos programas e cursos tem beneficiado da entusiasmada disposição dos antigos participantes em oferecer críticas construtivas e sugestões. Os planejadores e facilitadores deste curso estão dispostos a discutir assuntos específicos com você. Encorajamos você a procurá-los, como também incentivamos você a ler o material e a participar ativamente nos seus grupos de discussão.

Os benefícios deste programa devem perdurar depois de você voltar para casa. As discussões e os materiais escritos, bem como as amizades formadas nas próximas três semanas, devem ajudá-lo a lidar com os às vezes imprevisíveis desafios que você enfrentará em sua profissão.

Mapa de África



Cerimónia de abertura e visão geral do curso

Formato: Apresentação plenária

Objetivos:

• Entender os objetivos acadêmicos, a organização e os requisitos deste programa.

Histórico:

Liderança efetiva é crucial para a criação e sustentabilidade de um exército profissional. Liderança é a capacidade de influenciar pessoas e ações. A aceitação de longo prazo dessa liderança depende de um conjunto compartilhado de normas éticas. A liderança do setor de segurança tem três níveis gerais: sênior, médio e júnior, cada um com suas funções e responsabilidades separadas. O programa líderes do emergente setor de segurança enfatizará as responsabilidades e ferramentas para a efetiva liderança sênior.

Este curso sustenta que a liderança efetiva não é um assunto independente, mas que percorre pelos módulos que compõem o programa. Vários palestrantes em cada um dos três módulos irão destacar desafios de liderança.

- 1. Desafios de liderança e estratégia de segurança nacional: Este módulo abordará os desafios inerentes ao exercício da liderança em nível estratégico. Enfatizará a importância de uma liderança efetiva na governança do setor de segurança e analisará a experiência da África (tanto militar como civil) ao longo da história. A discussão procura destacar os princípios fundamentais da liderança efetiva e examinará como poderiam ser aplicados em países africanos. Este módulo também introduz os participantes à concepção, implementação e avaliação das estratégias de segurança nacional que estão diretamente alinhadas às ameaças enfrentadas pelos países africanos. O módulo inclui um exercício de grupo para incentivar os participantes a avaliar criticamente e utilizar os princípios da liderança ética. A excursão para Mount Vernon pretende reforçar os desafios que os líderes podem enfrentar em momentos críticos. O módulo termina com um briefback sobre as principais questões no desenvolvimento de estratégias de segurança nacional e suas implicações para a liderança.
- 2. Resolução dos desafios de segurança: Este módulo irá destacar os atuais e emergentes desafios de segurança enfrentados pela África. O módulo também abordará o papel do setor de segurança para atender esses desafios e descrever oportunidades para a liderança ética e intervenções estratégicas. O objetivo principal desta sessão é fornecer o contexto no qual as estratégias efetivas são desenvolvidas e executadas e os princípios éticos são aplicados. O módulo termina com um briefback sobre as relações entre civis e militares em tempos de crise.

3. Alavancagem dos parceiros de segurança externos: Este módulo irá explorar as funções que os parceiros internacionais desempenham no aprimoramento da segurança, a fim de ajudar o continente a alcançar a paz e a estabilidade. Isso ajudará a avaliar várias ações que a comunidade internacional está realizando para alcançar esse objetivo. O módulo proporcionará aos oficiais africanos a oportunidade para discutir o papel da África no cenário internacional. O módulo termina com um briefback sobre os principais aspectos do relacionamento da África com os parceiros externos.

Exercício de simulação:

Este exercício utilizará um estudo de caso fictício para: desafiar os participantes a empregar os princípios de liderança efetiva no nível estratégico discutidos no módulo 1; abordar uma série de ameaças de segurança reforçadas coletivamente, semelhantes às analisadas no módulo 2; e fazer valer a alavancagem externa e assistência para resolver um conflito, conforme explorado no módulo 3. Este exercício tem dois objetivos gerais. Primeiro, os participantes terão a oportunidade de colaborar em um exercício de resolução de problemas. Em segundo lugar, os participantes demonstrarão a centralidade da liderança efetiva na realização de reformas transformacionais na África.

Sessão Plenária 1: Liderança eficaz no sector de segurança de África

Formato: Apresentação plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

• Examinar a evolução do ambiente político e de segurança na África

- Avaliar como a evolução desses padrões pode afetar uma futura liderança militar
- Considerar a definição mais ampla de "segurança"

Histórico:

Os desafios são imensos e provavelmente se tornarão ainda mais complexos e variados nos próximos anos. O que o profissional do setor de segurança pode fazer para fornecer a liderança e direção necessárias para resolver esses problemas?

É sabido que a África enfrenta enormes problemas políticos, sociais e econômicos. Também é sabido que o histórico dos governos africanos na resolução dessas questões é variado. A natureza instável dos desafios de segurança africanos - desde o conflito regional e a proliferação de armas de pequeno calibre à redução da pobreza, combate a criminalidade e assistência no desenvolvimento da infraestrutura - exige que líderes civis e militares repensem as funções e missões dos militares africanos para aperfeiçoar a segurança e o desenvolvimento nacional. Os militares africanos estão cada vez mais atuando como mantenedores e agentes de paz em outros países: a proposta de uma Força Africana de Pronto Emprego de cinco brigadas regionais faz parte desse aperfeiçoamento. Democratização - o processo que leva à democracia - está se expandindo em toda a África. Essa democratização ajudará os líderes emergentes do setor de segurança da África a enfrentar os atuais e futuros desafios de segurança? Cada vez mais, os planejadores da defesa estão considerando a "segurança humana", que promove a proteção do indivíduo - por exemplo, os direitos humanos, habitação e alimentação – acima do regime de segurança. Em que medida o setor de segurança deve se envolver em ajudar a segurança humana?

Liderança e tomada de decisão, legitimidade, profissionalismo militar, ética e relações entre civis e militares são cinco conceitos discutidos ao longo deste curso.

Liderança, a arte de influenciar as pessoas, dando-lhes direção, propósito e
motivação, é eficaz em longo prazo apenas se aderir às suas normas éticas e
profissionais associadas. Esta última afirmação faz alusão à natureza
interdependente do profissionalismo militar, da ética militar e da liderança militar,
que você pode considerar como componentes de uma estrada que leva à
legitimidade e eficácia operacional.

- Legitimidade refere-se ao apoio popular de um governo, geralmente o resultado de sua capacidade comprovada de proteger e auxiliar seus cidadãos de acordo com as leis e padrões internacionais.
- Profissionalismo militar refere-se à lealdade das forças armadas a um governo constitucionalmente eleito e às capacidades operacionais das forças.
- A ética, um pré-requisito para qualquer profissão, é um conjunto de valores e comportamentos específicos esperados dos membros de uma profissão.
- As relações entre civis e militares refletem o equilíbrio de poder entre civis e as forças armadas. Esse equilíbrio influenciará a estratégia de segurança nacional de um país, sua ética militar e os processos de economia da defesa. Durante o curso, considere como o autoritarismo versus a democratização influencia os fatores de liderança, profissionalismo e ética.

Questões para discussão:

- Que tipos de desafios de liderança/tomada de decisão você e seus colegas enfrentam rotineiramente em seu país?
- Os princípios de liderança e tomada de decisão estão mudando em suas forças armadas? Se a resposta for sim, por quê? Como estão mudando?
- Mudanças políticas, por exemplo, democratização, afetam seus militares de forma direta ou indireta? Se a resposta for sim, como?
- Quais habilidades e técnicas você sente são mais eficazes na resolução de desafios de liderança e de tomada de decisões de nível operacional em seu país?
- Quem são as partes interessadas e por que elas importam?

Leituras recomendadas:

Emile Ouédraogo, "Promoção do profissionalismo militar na África", Centro de Estudos Estratégicos da África, Trabalho de pesquisa nº 6 do Centro de África, julho de 2014, (Também disponível em francês e português).

Grupo de Discussão Exercício Estudo de Caso: Aplicar os Princípios de Liderança Ética a África

Formato: Exercício do grupo de discussão

Briefback do exercício

Objetivos:

- Proporcionar uma oportunidade para os participantes aplicarem conceitos de liderança ética aos desafios do mundo real na África
- Identificar estratégias para superar os desafios éticos enfrentados pelos líderes do setor de segurança em África
- Demonstrar a centralidade das estruturas de liderança ética para a reforma transformacional do setor de segurança na África

Histórico:

Durante esta sessão, os participantes trabalharão nos dilemas contidos no estudo de caso para desvendar os princípios de liderança ética na África. Cada grupo de discussão terá a oportunidade de brifar todo o plenário.

As equipes desenvolvendo estratégias de liderança mais eficazes para o setor de segurança em toda a África podem recorrer a muitas áreas, o que pode ajudar a influenciar suas decisões ou servir como ponto de partida. Embora as abordagens precisem ser adaptadas com base no contexto e na cultura, as estratégias de liderança do setor de segurança podem ser orientadas por métodos eficazes de liderança política ou empresarial africanas, estratégias de liderança do setor de segurança de outras regiões e melhores práticas de outros países africanos. Embora alguns princípios éticos, como o uso limitado da força contra civis, são exclusivos do setor de segurança, outros, como o combate à corrupção, a defesa do estado de direito ou da constituição, a priorização de serviços aos cidadãos e a capacidade profissional de funcionamento, se aplicam de modo abrangente em toda a sociedade. Ao aplicar princípios éticos para criar uma liderança mais efetiva no setor de segurança africano, os participantes podem, portanto, recorrer às suas experiências pessoais e profissionais.

Questões para discussão:

- Existe uma situação que justifique a interrupção da contagem de votos?
- Quando oficiais militares podem apoiar a interrupção da contagem?
- Existem situações em que os militares devem tomar o poder de governos civis?
- Quais seriam as implicações se Chris Hani tivesse tomado uma decisão diferente?
 Existe um lado negativo para a decisão do Hani?

• A educação militar profissional (PME) ajuda no desenvolvimento da liderança étnica? Se a resposta for sim, como?

Leituras recomendada:

Centro de Estudos Estratégicos da África, "Quando líderes militares fazem a coisa certa", *Spotlight*, Centro de Estudos Estratégicos da África, 28 de outubro de 2015 (Também disponível em francês e português).

Sessão Plenária 2: Estratégia de segurança nacional: princípios fundamentais e gestão de recursos

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

- Definir segurança nacional em um contexto africano, desde conceitos tradicionais de segurança nacional até a agenda mais ampla de segurança humana e reforma do setor de segurança.
- Discutir as metas, processos e funções dos principais atores que devem estar envolvidos no desenvolvimento e implementação da estratégia do setor de segurança, e em qualquer processo de reforma do setor de segurança.
- Analisar as ligações entre a gestão criteriosa dos gastos do setor de segurança, instituições robustas, governança democrática e a realização dos objetivos de segurança nacional.
- Examinar as melhores práticas em gestão orçamentária e aquisições.

Histórico:

Existem três objetivos de uma política de segurança nacional ou de um processo estratégico. Primeiro, deve priorizar as ameaças ao estado e seus cidadãos, bem como oferecer segurança contra essas ameaças. Segundo, deve institucionalizar o controle civil e a fiscalização sobre as várias agências de segurança uniformizadas e determinar as funções adequadas para cada um dentro dos limites legais da Constituição nacional e as prioridades estabelecidas na estratégia de segurança nacional. Terceiro, o processo deve assegurar a acessibilidade e a racionalidade dos orçamentos de segurança e estabelecer os meios para garantir a responsabilização e transparência desses orçamentos.

Uma vez determinados e priorizados os interesses nacionais, as ameaças e riscos para esses interesses, bem como as capacidades necessárias para lidar com essas ameaças e riscos, devem ser avaliadas. Em termos mais simples, este processo prioriza os interesses nacionais para determinar os objetivos - fins - que a estratégia almeja realizar. As formas e meios - referindo-se aos recursos necessários (meios) e como esses recursos serão aplicados (formas) - são alinhados com os objetivos da estratégia para gerar os resultados estratégicos desejados. Essa combinação de fins, formas e meios constitui a essência de uma estratégia de segurança nacional.

A liderança em termos de estratégia de segurança nacional é sobre escolhas estratégicas, planejamento em longo prazo e responsabilidade. Esses atributos são particularmente relevantes no setor de segurança da África, onde recursos fiscais são escassos. Portanto, decisões sobre como alocar e utilizá-los eficientemente para atingir os objetivos de

segurança nacional devem ser orientadas pelo desejo de promover devidamente o bem público. O orçamento e as aquisições refletem duas áreas em que os líderes do setor de segurança emergentes da África devem mostrar um bom senso e uma ética incontestável, se quiserem ser bem sucedidos no enfrentamento dos desafios de segurança do continente.

Orçamento

Os planejadores da defesa precisam determinar quanto do orçamento do governo deve ser dedicado ao setor de defesa, e qual o impacto dessas despesas na realização dos objetivos de segurança nacional e na estabilidade macroeconômica. Princípios sólidos de gestão das despesas públicas (como contestabilidade, abrangência, responsabilidade e transparência) são fundamentais para o setor de segurança. Medidas devem ser tomadas para introduzir e padronizar os códigos e as técnicas de controle de despesas públicas. O pessoal relevante deve ser treinado em técnicas de gestão orçamentária e procedimentos de aquisição transparentes. Uma estrutura regulatória robusta e funcional deve reforçar a implementação dessas políticas.

Aquisição

As práticas de aquisições – compras, contratação ou obtenção por qualquer outro meio contratual de bens, obras e serviços pelo setor público - representam muitas diferenças entre as estimativas orçamentárias e os gastos reais. Em muitos países africanos, a aquisição está envolta em mistério, alegando sensibilidade da atividade do setor de segurança – tornando difícil a obtenção dos resultados desejados e metas orçamentárias. Muitos culpam as práticas de contratação e aquisição inadequadas nas funções e responsabilidades pouco transparentes em várias etapas do ciclo de aquisição, funcionários corruptos e instituições judiciais fracas.

Questões para discussão:

- Qual sistema orçamentário o seu país utiliza? Qual sistema seria mais efetivo (dadas as atuais instituições, acordos, pessoal)?
- Exceções devem ser concedidas devido ao sigilo e urgência no setor de segurança?
- Quais são as fontes de segurança da África e as consequências da corrupção e do desperdício?
- Como funcionários do governo e das forças armadas, parlamentares, a mídia e a sociedade civil podem melhorar o orçamento e as aquisições do setor de segurança do seu país?

Leitura obrigatória:

Nicole Ball e Len Le Roux, "A model for good practice in budgeting for the military sector" (Um modelo de boas práticas orçamentárias para o setor militar) em Wuyi

Omitoogun e Eboe Hutchful, eds. *Orçamentação para o setor militar na África: os processos e mecanismos de controle, 2006.*

Centro de Genebra para o Controle Democrático das Forças Armadas, "Políticas de Segurança Nacional", Série SSR Backgrounder (Genebra: DCAF, 2015). Também disponível em francês.

Sessão Plenária 3: Mecanismos regionais para a resolução de conflitos

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

- Rever as principais iniciativas regionais e sub-regionais para promover a paz e a segurança.
- Avaliar os sucessos e desafios associados aos mecanismos de segurança regional.
- Identificar oportunidades para parceiras efetivas com arquiteturas de segurança continentais e sub-regionais.

Histórico:

Muitas vezes, os conflitos violentos na África têm importantes dimensões regionais. Grupos rebeldes e insurgentes podem usar o território de um país vizinho como base de operações, receber financiamento de governos vizinhos ou recorrer aos seus pares étnicos para apoio. Os conflitos locais também podem desestabilizar estados vizinhos, à medida que armas e refugiados ultrapassam as fronteiras. O alastramento de conflitos e instabilidade na África Ocidental na década de 1990 oferece um exemplo poderoso de contágio regional, assim como eventos contemporâneos na sub-região.

A regionalização do conflito levou à criação de mecanismos regionais de gestão de conflitos, por meio das Comunidades Econômicas Regionais (CER). O primeiro nesta questão foi a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). No início da década de 1990, forjou respostas ad hoc aos desafios sub-regionais de segurança, enviando uma força militar regional para intervir na guerra civil da Libéria e, em seguida, em Serra Leoa quando houve uma mudança inconstitucional de governo. Hoje, enquanto todas as CERs adotaram mecanismos de resolução de conflitos, existem diferenças consideráveis entre eles em relação ao compromisso, escala e sucesso das iniciativas de segurança coletivas sub-regionais.

As CERs são reconhecidas como os pilares da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA) da União Africana (UA). Além da CEDEAO, as oito CERs reconhecidas pela UA são: Comunidade dos Estados do Sahel-Saara, Mercado Comum da África Oriental e Austral, Comunidade da África Oriental, Comunidade Econômica dos Estados da África Central, Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e União do Magrebe Árabe. Por meio da APSA, a UA procura enfrentar os desafios de segurança da África através de cinco componentes:

- Conselho de Paz e Segurança (CPS): um órgão de tomada de decisão permanente composto por quinze Estados-membros da UA, encarregado de prevenir, gerenciar e resolver conflitos.
- Painel dos Sábios: um grupo de cinco africanos eminentes que realizam esforços de diplomacia preventiva, como missões de averiguação.
- Sistema Continental de Alerta Prévio: uma rede de observação e monitoramento, usada para coletar dados para informar e assessorar o CPS.
- Força Africana de Alerta (FAA): uma força sub-regional de componentes militares, policiais e civis de prontidão para rápida implantação em seus países de origem.
- Fundo de Paz: um repositório para os recursos para operações de paz e segurança.

Grande parte da APSA, incluindo a FAA e suas subsidiárias, Capacidade de Implantação Rápida e Capacidade Africana para Resposta Imediata a Crises, ainda não foram totalmente operacionalizadas. A UA sofre com a falta de vontade políticos e recursos insuficientes, como, por exemplo, apenas 7% do Fundo de Paz vêm dos Estados-membros da UA. O anúncio da União Europeia (UE) para reduzir as contribuições em 20% em 2017 estimulou uma série de iniciativas para arrecadar fundos, bem como preocupações quanto à capacidade da UA.

Questões para discussão:

- Qual a viabilidade da FAA como uma iniciativa de manutenção da paz?
- Quais são as vantagens e desvantagens dos atores regionais que respondem às crises?
- Quais são os principais obstáculos que o CPS da UA enfrenta ao trazer o conceito da FAA à sua plena capacidade operacional?
- Quais medidas práticas poderiam melhorar as operações de apoio à paz do continente?

Leitura recomendada:

Paul Williams, "Operações de paz na África: lições aprendidas desde 2000", Centro de Estudos Estratégicos da África, *Resumo de segurança da África (Africa Security Brief)*, nº 25, julho de 2013. https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB25EN-Peace-Operations-in-Africa-Lessons-Learned-Since-2000.pdf (também disponível em francês e português).

Sophie Desmidt e Volker Hauck, "Gestão de Conflitos sob a Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA)" Centro Europeu de Gestão de Políticas de Desenvolvimento, documento de reflexão nº 211, abril de 2017. http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/DP211-Conflict-Management-APSA-Desmidt-Hauck-April-2017.pdf

Solomon Dersso, "Intervenir ou não intervir? Uma visão interna da tomada de decisão da UA no Artigo 4 (h) e Burundi", *Papel ocasional*, Fundação para a Paz Mundial, 26 de fevereiro de 2016

Sessão Plenária 4: Adaptar a estratégia de segurança nacional em tempos de mudança

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

- Entender como choques sistêmicos podem afetar uma estratégia de segurança nacional.
- Avaliar como mudanças na estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos afeta a África internamente.
- Interrogar como mudanças na estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos afetam as decisões de segurança de África.

Histórico:

A estratégia de segurança nacional destina-se a identificar futuras ameaças, avaliar capacidades e fornecer orientações para enfrentar os desafios de segurança. Embora possa prever mudanças, não pode prever choques no sistema. Como tal, os choques de segurança - ameaças terroristas, desastres naturais, volatilidade dos preços das commodities, conflitos e emergências de saúde pública - podem evocar respostas que temporária ou permanentemente alteram uma estratégia de segurança nacional.

Antes de 11 de setembro de 2001, a política de segurança dos EUA para a África refletiu a dinâmica em evolução do pós-guerra fria. Sem as acentuadas divisões ideológicas que definiram o período da guerra fria, faltava uma definição para uma estrutura ou ideologia que norteasse o envolvimento dos EUA com a África. Na última metade da década de 1990, a estratégia de segurança dos Estados Unidos baseou-se em uma política de capacitação das nações africanas para fornecer sua própria segurança. Na prática, esse objetivo foi, em grande parte, alcançado pela Iniciativa Africana de Resposta a Crises (ACRI, na sigla em inglês). O foco foi em capacitar os estados africanos para responder aos desafios de segurança, por meio de treinamentos e equipamento voltados para o serviço de manutenção da paz - em vez de empenhar pessoal militar dos Estados Unidos. A estratégia dos Estados Unidos ecoou os crescentes apelos de instituições africanas por "soluções africanas para problemas africanos".

No entanto, o choque sistêmico dos ataques de 11 de setembro (11/9) precipitou uma mudança de estratégia. À medida que as atividades terroristas baseadas na África e seus vínculos internacionais cresciam, o foco dos EUA voltou-se para as regiões mais afetadas - o Sahel-Saara e o Chifre da África. Em segundo lugar, a ACRI transformou-se na Assistência e Treinamento para Operações de Contingência na África (ACOTA, na sigla em inglês) - implicando um foco nas operações de apoio à paz, em vez de manutenção da

paz, e um foco nas necessidades de treinamento dos estados africanos. Em terceiro lugar, o aumento da importância estratégica da África para os objetivos de segurança dos EUA resultou no estabelecimento do Comando Africano dos EUA (AFRICOM). Anteriormente, a África havia sido dividida em três comandos diferentes, nenhum dos quais lhe atribuía prioridade.

Por meio do AFRICOM, os EUA podem focar mais nos desafios de segurança africanos. Os estados africanos se beneficiaram de várias formas da assistência de segurança dos EUA, diante de ameaças comuns. No entanto, os estados africanos são rápidos em salientar que a segurança no continente é mais ampla do que o foco dos EUA no terrorismo, enfatizando que nem todos os desafios de segurança podem ser resolvidos militarmente e se preocupam com a militarização da política externa.

Questões para discussão:

- De que forma a África se adaptou às mudanças na estratégia de segurança nacional dos EUA?
- Qual é a estratégia ou postura de segurança nacional do seu país? De que forma isso foi afetado por eventos externos ou outros choques para a nação?
- Por que alguns choques externos resultam em mudanças dramáticas, quando outros não?

Leitura recomendada:

William Bellamy, "O engajamento de segurança dos EUA na África", Resumo de segurança da África, nº 1, Centro de Estudos Estratégicos da África, junho de 2009. https://africacenter.org/publication/u-s-security-engagement-in-africa/ (também disponível em francês e português).

Kate Almquist Knopf, "Amigo ou inimigo? A estratégia contraterrorista dos EUA na África" Centro para o Desenvolvimento Global, 05 de fevereiro de 2013.

Liderança visionária: visita a Mount Vernon

Formato: Apresentação plenária seguida visita a Mount Vernon

Objetivos:

- Compreender o significado da liderança estratégica na formação de instituições imaturas.
- Ganhar uma perspectiva histórica sobre a transição pós-conflito para a democracia nos EUA e papel de liderança na condução dessa transição.
- Compreender a importância da visão e da liderança visionária em um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA, na sigla em inglês).

Histórico:

Quando as colônias americanas pegaram em armas e se rebelaram contra a Inglaterra em 1775, não havia garantia de que resultaria na sua independência, nem que uma democracia se consolidasse e resistisse para que essa experiência fosse bem sucedida há 235 anos e contando. George Washington, considerado o pai da nação e o comandante do exército rebelde, descreveu o caminho tomado pelas colônias como uma "grande experiência". Washington reconheceu o lado prático de sua visão: a necessidade de um governo central para criar as condições para a liberdade existir e persistir.³

No período imediatamente pós-conflito, quando as 13 colônias recém-independentes se reuniram para discutir a formação de um governo, Washington concordou em presidir a primeira convenção constitucional, que visava chegar a um consenso sobre a formação de um novo governo ao abrigo de uma constituição comum. Os autores da constituição discordaram sobre a natureza do governo: se as colônias deveria formar uma federação com um governo central forte ou uma confederação com controle nacional descentralizado.

À medida que os autores debateram a forma da constituição, surgiram os desentendimentos sobre o papel e a autoridade do governo federal versus as autoridades estaduais e locais. Em 1783, logo após o Tratado de Paris que estabelecia a independência dos Estados Unidos, surgiu uma crise que reforçou a urgência de estabelecer governança nacional: pequenos agricultores, em sua maioria veteranos da revolução, perderam suas terras e meios de subsistência para ricos especuladores. Eles tomaram armas, fecharam os tribunais e tentaram tomar um depósito de armas e munições do governo. Condenando a insurreição, Washington afirmou que "não poderia haver evidências mais fortes da carência de energia em nosso governo do que esses distúrbios".4

Ao longo da carreira de Washington como comandante das forças armadas e presidente da nação, ele se destacou por manter coerência entre seus objetivos de longo prazo e as

ações e decisões imediatas. Isto ficou evidente em seu comprometimento com a ideia de que, em uma república, os militares devem estar sujeitos ao controle civil. Washington compreendeu os ingredientes essenciais necessários para o estabelecimento de um governo republicano constitucional: uma união forte, uma legislatura escolhida pelo povo, uma constituição escrita, o estado de direito, um executivo com poder para aplicar a lei, a supremacia das leis nacionais sobre as leis estaduais, um Exército nacional permanente sujeito ao controle e autoridade civil.⁵

A conclusão da ilustre carreira de Washington marca o epítome da liderança visionária. Depois de ser eleito o primeiro presidente da nova nação e servindo por dois mandatos consecutivos, Washington decidiu se afastar e transferir a liderança para a próxima geração. Nem a população nem a legislatura estavam felizes com essa decisão e ele foi fortemente encorajado a permanecer no cargo e continuar a liderar o país. Alguns até procuraram nomeá-lo como rei e ampliar sua autoridade para vitalício. Washington olhou para o futuro, insistindo em uma transferência pacífica de poder para uma nova geração de líderes. Washington confiou nas pessoas e no sistema. Ele visualizou uma nação que poderia cumprir uma promessa e realizar um potencial maior do que qualquer outra que tivesse vindo antes. Ele liderou pelo exemplo para alcançar a sua visão.

Nossa visita a Mount Vernon, casa e fazenda de George Washington, terá uma apresentação sobre o histórico do homem e da propriedade, bem como fornecer uma visão geral da carreira de Washington e sua liderança visionária e estratégica. Ao longo da visita, observe a sua relevância para as experiências e governo de sua nação, reflita sobre o que você sabe sobre liderança e aplique as discussões atuais sobre liderança no programa.

Questões para discussão:

- Quais são os atributos de um líder efetivo?
- Você pode aplicar quaisquer lições ou princípios de liderança de Washington que você vê no contexto do seu país? Quais? Por quê? Como?
- Quais ideias, teorias, abordagens e ferramentas sobre profissionalismo, ética, liderança e tomada de decisão que você aprendeu durante a visita que você pode empregar no futuro?

Exercício Resumo Retroscpectivo sobre Estratégias de Segurança Nacional

Cada grupo de discussão terá a oportunidade para brifar o plenário sobre os principais pontos do módulo "Estratégia de segurança nacional".

Durante o grupo de discussão, antes do *briefback*, os participantes selecionarão um apresentador e um presidente para conduzir a discussão. Também pode ser útil selecionar um anotador.

Os *briefbacks* dos participantes devem estar centrados nas seguintes questões:

Pergunta comum:

O que é uma estratégia de segurança nacional? Quais são os principais passos no desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional?

Grupo 1:

Quais são alguns dos valores e princípios que devem nortear a formulação da política de segurança nacional?

Grupo 2:

Quais implicações para a liderança acarreta o desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional para a África? Quais qualidades ou características de liderança serão mais úteis para assegurar que as estratégias de segurança nacional da África sejam relevantes e responsivas?

Grupo 3:

Quais das principais partes interessadas devem ser consultados ao se considerar o desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional? Quais são algumas maneiras de engajar essas partes interessadas?

Grupo 4:

Quais funções os atores externos desempenham na realização de sua estratégia de segurança nacional?

Cada um dos apresentadores terá entre 5 e 7 minutos para apresentar as conclusões do grupo de discussão. O *briefback* não requer uma apresentação em PowerPoint; <u>é um</u> briefing oral.

Depois de todas as apresentações serem ouvidas, os outros membros do plenário terão uma oportunidade para discutir o módulo.

<u>Sessão Plenária 5: Tendências no panorama de segurança em evolução de</u> África

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

- Avaliar e trocar opiniões sobre as tendências da natureza, alcance e caráter dos principais desafios atuais e emergentes de segurança na África.
- Discutir as limitações na busca de segurança militar à custa de outras questões de segurança.
- Explorar como a segurança cooperativa pode melhor lidar com os desafios de segurança dos países africanos.

Histórico:

A noção de segurança evoluiu do seu foco tradicional na integridade dos estados. Assim, além da preocupação do estado com as ameaças externas - e a necessidade de investir recursos consideráveis em "segurança física" para mitigar os mesmos - hoje, existe um foco maior no cidadão e bem-estar da comunidade.

Durante grande parte do período pós-colonial, a maioria dos líderes africanos definiu a segurança em termos de sobrevivência do regime. Consequentemente, muitos deixaram de cuidar de outros problemas tradicionais de segurança igualmente importantes que seus países enfrentam, incluindo conflitos, armas de pequeno calibre e armas ligeiras, desafios de segurança marítima e terrorismo. Estas e outras questões de segurança "duras", como o uso de minas terrestres e munições não detonadas, crimes organizados e transfronteiriços, tráfico de seres humanos, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro continuam a ameaçar a segurança dos povos africanos.

Além da "segurança física" tradicional, os governos devem agora abordar fatores que afetam diretamente a segurança de seus cidadãos como: degradação ambiental, direitos humanos, desigualdade de gênero, aquecimento global, doenças endêmicas e crime transnacional. A nova perspectiva sobre a segurança reconhece uma série de realidades: existem novas ameaças graves que nenhum país, independentemente da sua riqueza, pode resolver sozinho; a maior parte da população mundial está ameaçada por problemas que não estão necessariamente relacionados com armas de destruição em massa e redes terroristas; muitos dos problemas enfrentados pelos chamados países em desenvolvimento devem preocupar a todos.

Questões para discussão:

- Como a definição de "segurança" evoluiu na África para refletir o ambiente de segurança alterado? Quais mudanças ocorreram em seu país e sub-região?
- Quais são alguns dos desafios de segurança mais urgentes que o seu país, subregião e o continente estão enfrentando? Como esses desafios evoluíram ao longo do tempo?
- Além das autoridades de segurança tradicionais (por exemplo, militares, policiais, gendarmarias e serviços de inteligência), quais organizações, estruturas e instituições devem ser incluídas no debate nacional sobre a definição de interesses de segurança? Por que eles deveriam ser incluídos e o que eles podem contribuir para o debate sobre segurança?
- Como as perspectivas de gênero afetam os desafios e decisões de segurança?
- Como o foco na segurança humana ajuda a enfrentar os desafios da África?
- Qual é a relação entre segurança e desenvolvimento, e quais instituições e partes interessadas?

Leitura recomendada:

Assembleia Geral das Nações Unidas e Conselho de Segurança, "Causas de conflito e a promoção de paz duradoura e desenvolvimento sustentável na África", (A/71/211–S/2016/655), 26 de julho de 2016 (também disponível em francês).

Grupo de Discussão Exercício Estudo de Caso: Relação Segurança-Desenvolvimento

O objetivo deste exercício em grupo é permitir aos participantes refletir sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento em seus próprios países, abrir os as partes interessadas (potenciais e reais) nesse relacionamento e propor como isso pode ser melhorado. As deliberações formarão a base da sessão.

Parte I. Identificar as situações que envolvem segurança e desenvolvimento

Os participantes identificarão casos dentro de seus próprios países ou em outros países que conhecem bem, o que revela um forte vínculo entre desenvolvimento e segurança.

Parte II. Os participantes abririam os principais elementos de seus casos. Eles responderiam as seguintes perguntas:

- Qual foi o desafio de desenvolvimento/segurança?
- Como as decisões foram tomadas? Houve supervisão (orçamentária, política, administrativa)?
- Qual foi o resultado? Como foi resolvido?
- Essa foi a melhor solução?
- O que você acha que poderia ter sido feito de forma diferente?

Sessão Plenária 6: Perspectivas de género na segurança

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

• Examinar como gênero afeta a segurança na África tanto para homens como para mulheres.

- Analisar o papel do gênero em grupos armados não estatais na África.
- Avaliar criticamente os esforços recentes para melhorar a promoção da igualdade de gênero na África.

Histórico:

Desde a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) em 2000, os governos e organizações africanas tem dedicado maior atenção à igualdade de gênero. Em 2009, a União Africana adotou uma política de gênero e um plano de ação, que busca melhorar a igualdade de gênero em todo o continente. Dando continuidade, em 2015, a UA lançou um programa de gênero, paz e segurança com duração de cinco anos para melhorar a coordenação entre a UA, CERs, estados membros e sociedade civil. Ainda assim, enquanto as CERs e muitos países desenvolveram planos de ação de gênero individualmente, ainda existem desafios para entender as perspectivas de gênero sobre segurança e adaptar políticas relevantes.

A promoção da igualdade de gênero no setor de segurança da África enfrenta uma série de desafios. Primeiro, é difícil estabelecer metas viáveis e avaliar o progresso quando não existem dados de referência. Esses dados precisam ser coletados e divulgados. Segundo, o sigilo em torno do setor de segurança inibe o compartilhamento de informações.⁶ Terceiro, as enraizadas opiniões sociais e culturais retratam as mulheres como física e emocionalmente mais fracas, menos inteligentes e mais distraídas pelas responsabilidades familiares do que seus pares masculinos.⁷

Com frequência gênero é equiparado a mulheres, mas a sensibilidade ao gênero pesa as necessidades e perspectivas de homens e meninos, bem como mulheres e meninas. Essa sensibilidade de gênero é um componente importante da reforma do setor de segurança (RSS) na África. A promoção da igualdade de gênero e a promoção da igualdade de participação de homens e mulheres são duas estratégias comuns que podem ser aplicadas "tanto para o processo de RSS (por exemplo, assegurando o treinamento de gênero para o pessoal responsável pelas políticas e planejamento do RSS) como para as instituições em processo de RSS (por exemplo, incluindo o treinamento de gênero para novos recrutas como parte de um processo de reforma da polícia)". A Estrutura de Políticas da RSS de

2013 da UA identifica a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como princípios fundamentais para as atividades de RSS no continente.

As mulheres também participam de grupos armados não estatais da África; elas são visadas com vítimas e perpetradoras por esses grupos terroristas e insurgentes, exigindo soluções que examinem como conflitos afetam homens e mulheres de forma diferente. Na Nigéria, o Boko Haram tem explorado as diferenças de gênero; por exemplo, as mulheres têm sido usadas como mulheres-bomba porque, tradicionalmente, não se espera que as mulheres sejam violentas.⁸ Boko Haram frequentemente sequestra mulheres e meninas durante invasões (como o sequestro de 276 meninas do ensino médio em Chibok), forçando-as a se casar com membros do grupo, ao mesmo tempo em que capturam homens jovens para serem treinados como combatentes.⁹ O combate ao extremismo violento (CVE, na sigla em inglês) melhora quando os papéis das mulheres são considerados. Não é que as mulheres são mais pacíficas - as mulheres são tão propensas à violência e motivadas por muitos dos mesmos ressentimentos que os homens.¹⁰ No entanto, ao levar em consideração as funções que as mulheres desempenham na sociedade, capacitá-las em uma forma específica de prevenção de conflitos, reduziu os incidentes de extremismo violento.

Questões para discussão:

- Como os desafios de segurança da África afetam as mulheres e os homens de maneira diferente?
- Quais são os desafios de incluir as perspectivas de gênero em segurança?
- Como os EUA podem apoiar a África para melhorar a promoção da igualdade de gênero na segurança?

Leitura recomendada:

Thania Paffenholz et al, "Making women count: Women's inclusion in peace processes at a glance" Inclusive Peace & Transition Initiative e ONU Mulheres, janeiro de 2016. http://www.inclusivepeace.org/sites/default/files/IPTI-Making-Women-Count-At-Glance-4-pager.pdf

Zipporah Musau, "Les femmes, la paix et la sécurité," Afrique Renouveau, dezembro de 2015

http://www.un.org/africarenewal/fr/magazine/d%C3%A9cembre-2015/les-femmes-la-paix-et-la-s%C3%A9curit%C3%A9

Paula Drumond Rangel Campos, "Gênero ou Feminismo? As Nações Unidas e as Políticas de Gênero nas opeOrações de Paz," em *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado : entrea tradição e a inovação*, Organizadores: Kai Michael Kenkel e Rodrigo Fracalossi de Moraes (Brasília, Brasíl: Ipea, 2012) pp: 69-92.

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/web_operaes_de_paz_em_um_mundo_globalizado.pdf

Sessão Plenária 7: Ameaças transnacionais

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

• Descrever as redes do crime organizado transnacional que operam na África.

- Explicar as implicações para governança, estabilidade e desenvolvimento econômico.
- Avaliar criticamente os esforços recentes para conter as redes do crime organizado transnacional na África.

Histórico:

O crime transnacional é um fenômeno crescente e em evolução em toda a África. A distinção entre negócios legítimos e atividades ilícitas sempre foi fluida no continente, onde negócios e comércio significativos são informais e não regulamentados. O ritmo acelerado da globalização permitiu a ligação entre os grupos criminosos organizados nacionais e as redes internacionais proporcionando mercados maiores, acesso a novas tecnologias e melhores métodos de comunicação. Em muitos países africanos, o crime organizado aproveitou e exacerbou a corrupção no governo, desde pequenos casos de corrupção de policiais a cumplicidade em larga escala de altos funcionários da cleptocracia. As respostas nacionais e regionais tem sido insuficientes, já que os estados estão mal equipados ou não estão dispostos a combater os crimes dos quais podem se beneficiar. Em certas áreas carentes, o crime transnacional tornou-se a única fonte de subsistência para os cidadãos. No entanto, é importante considerar os efeitos adversos sobre a capacidade e a consolidação do estado, bem como as implicações para o desenvolvimento e a segurança humana.

Outro aspecto do crime transnacional diz respeito ao surgimento de grupos extremistas violentos na região do Sahel-Saara. Isso ocasionou novos tipos de respostas, tanto cinéticos como não cinéticos. Em termos da primeira, as partes interessadas nacionais, bilaterais, regionais e internacionais têm conduzido ações cinéticas contraterroristas militares, de inteligência e policiais de curto prazo contra os grupos extremistas violentos existentes. Esses mesmos atores também promoveram iniciativas políticas, econômicas e socioculturais de longo prazo que visam combater o extremismo violento por meio de um conjunto de procedimentos governamentais e de toda a sociedade que tratam dos motivadores do extremismo violento. Esses esforços assumem muitas formas, incluindo: campanhas de comunicação estratégicas para combater mensagens radicais, iniciativas de governança para melhorar o desempenho, legitimidade por meio de um governo representativo e baseado no compromisso político, tolerância e proteção legal dos direitos

humanos e projetos de desenvolvimento para corrigir as antigas reivindicações das populações marginalizadas.

Questões para discussão:

- De que forma as ameaças transnacionais prejudicam a segurança na África?
- Existe uma relação causal entre ameaças transnacionais e má governança?
- Qual a eficácia dos recentes esforços no combate às ameaças transnacionais na África?
- Que medidas práticas devem ser tomadas para enfrentar essas ameaças no futuro?

Leitura recomendada:

Eric Tamarkin, "A resposta da UA ao cibercrime: um começo positivo, mas com desafios substanciais adiante", Brief de políticas do ISS, janeiro de 2015. https://issafrica.org/research/policy-brief/the-aus-cybercrime-response-a-positive-start-but-substantial-challenges-ahead#

Centro de Estudos Estratégicos da África, "A super-rodovia ilícita: crime organizado transnacional na África?" *Spotlight*, 22 de maio de 2017. http://africacenter.org/spotlight/the-illicit-superhighway-transnational-organized-crime-in-africa/

Sessão Plenária 8: Estratégia de segurança marítima

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

• Explorar os interesses intersectados que tem elevado questões marítimas africanas ao topo das agendas de segurança nacionais, sub-regionais, regionais e globais.

• Avaliar os acordos de colaboração existentes para assegurar os interesses marítimos da África, incluindo o apoio dos EUA a esses esforços.

Histórico:

O domínio marítimo da África é uma dimensão estratégica crítica para o continente e a comunidade internacional. Os recursos e atividades dentro do domínio marítimo da África (pesca, minerais, hidrocarbonetos, turismo e comércio) desempenham um papel fundamental nas economias dos países costeiros e constituem uma base importante para a prosperidade da África. A capacidade dos estados africanos de governar seus domínios marítimos e de aproveitar e gerenciar seus recursos de forma sustentável determinará sua capacidade para oferecer uma série de benefícios aos seus cidadãos, melhorar a segurança e o desenvolvimento e contribuir efetivamente para a segurança e a prosperidade globais. Para alcançar isso, os estados africanos devem continuar a trabalhar nos níveis nacional, zonal, regional, inter-regional e em todo o continente para abordar todo o espectro de questões no espaço marítimo, incluindo a pirataria e o assalto à mão armada no mar; a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INDNR); tráfico ilegal de pessoas, drogas, armas, mercadorias falsificadas, bens culturais e contrabando; roubo, contrabando, adulteração e fraude de petróleo, combustível e outros recursos; ameaças a navios, instalações offshore e portos; e questões relacionadas à segurança da navegação (levantamentos hidrográficos, busca e salvamento), poluição marinha e capacitação geral.

Pirataria e assalto à mão armada no mar

Embora a ameaça tenha sido diminuída ao largo da costa da Somália por cerca de cinco anos, e as modalidades e frequência dos ataques no Golfo da Guiné tenham mudado, os riscos de crimes de pirataria e assaltos à mão armada contra embarcações comerciais continuam presentes como sempre. A instabilidade causada pelo conflito do Iêmen resultou em ataques ideológicos contra navios de certas bandeiras, o uso de sistemas subaquáticos não tripulados para danificar navios e o envolvimento de terroristas no crime de pirataria. O aumento dos custos tanto do seguro quanto da segurança dos proprietários de navios por causa da pirataria, por exemplo, forçou muitos transportadores comerciais a reavaliar a razão risco-benefício das suas operações na África.

Pesca

A pesca INDNR ameaça a indústria pesqueira africana, uma fonte vital de alimentos e empregos para milhões de africanos. Alguns estimam que os estoques de pesca da África serão dizimados em quarenta anos, enquanto outros projetam que a população africana dobrará nesse mesmo período. Sem medidas colaborativas, cooperativas e coordenadas drásticas, a diminuição dos recursos pesqueiros e o crescimento da população resultarão em insegurança alimentar, com efeitos concomitantes sobre a segurança.

Tráfico ilícito

O tráfico ilícito tem implicações importantes para a segurança global. O tráfico ilegal de seres humanos da África, principalmente para destinos europeus, já é uma grande preocupação de segurança para os cidadãos africanos que fazem a perigosa jornada, por terra ou mar, e para os países destinatários. Enquanto o mar é uma avenida para o tráfico de seres humanos, também é um importante canal de distribuição de drogas e armas para e através da África. O efeito que o dinheiro das drogas tem sobre a corrupção e violência na África Ocidental está bem documentada. A Guiné-Bissau, um caso extremo, tornou-se o primeiro "narco-estado" do continente. Além disso, grandes fluxos de dinheiro ilícito alimentam a inflação e forçam o fechamento de empresas lícitas. Além disso, existe uma parceria conveniente entre traficantes de drogas, outros criminosos e insurgentes. Atividades criminosas aparentemente benignas, como o roubo de combustível, tornaram-se fontes de financiamento cada vez mais importantes para organizações criminosas transnacionais, movimentos insurgentes e grupos terroristas. Os estados africanos não podem ignorar qualquer atividade criminosa no espaço marítimo.

Questões para discussão:

- Quais são os principais interesses marítimos regionais, continentais e internacionais africanos e como eles se cruzam com considerações globais?
- Como os países africanos podem melhorar sua colaboração, cooperação e coordenação através de mecanismos e iniciativas já existentes? Como os EUA podem apoiar melhor esses esforços?
- Como os estados africanos podem adaptar o vínculo segurança-governançadesenvolvimento no espaço marítimo para proteger as águas contra ameaças externas e proteger o domínio marítimo para a melhoria da vida em terra?

Leitura recomendada:

Adeniyi Adejimi Osinowo, "Combate à pirataria no Golfo da Guiné", *Resumo de segurança da África*, nº 30, fevereiro de 2015.

http://africacenter.org/publication/combating-piracy-gulf-guinea-html/(disponível em francês e português).

Ian Ralby, "Segurança cooperativa para combater criminosos cooperativos", QI de defesa, 2017, https://www.defenceiq.com/naval-and-maritime-defence/articles/cooperative-security-to-counter-cooperative.

Raymond Gilpin, "Examinando a Insegurança Marítima na África Oriental", Soundings, janeiro de 2016, http://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/Soundings_No_8.pdf.

Sessão Plenária 9: Foco conflito: combater o extremismo violento no lago Chade e no Corno de África

Formato: Sessão plenária

Grupo de discussão

Objetivos:

• Avaliar o ambiente de segurança no Chifre da África e na bacia do Lago Chade.

 Proporcionar a oportunidade de conceituar e desenvolver um modelo de segurança humana que possa ser utilizado para contribuir para a governança democrática e para desenvolver capacidades de segurança nacionais e subregionais eficazes.

Histórico:

O Corno de África e a bacia do Lago Chade são responsáveis pela maioria dos incidentes terroristas na África subsaariana. Apesar de táticas e consequências similares, as regiões têm enfrentado os grupos extremistas usando estratégias políticas e militares diferentes.

Corno de África

Discussões sobre insegurança e instabilidade no Corno de África incluem Djibouti, Etiópia, Eritreia e Somália, Quênia, Sudão, Sudão do Sul e Uganda, bem como estados não africanos, como o Iêmen. Isto ocorre devido às estreitas relações regionais entre esses países e à dinâmica regional de conflitos e violência. A pobreza, a falta de serviços básicos e a precária infraestrutura criaram as condições para a pobreza institucionalizada para milhões e aumentaram a vulnerabilidade das comunidades aos grupos extremistas, como o *Al Shabaab*. Mesmo que países como Etiópia, Quênia e Uganda tenham registado taxas saudáveis de crescimento econômico nos últimos anos, os benefícios deste crescimento não alcançaram a grande maioria dos cidadãos e, desta forma, a fuga das pessoas das regiões mais para as cidades mais prósperas como refugiados e migrantes econômicos, também contribuiu para a insegurança em algumas circunstâncias.

A natureza multifacetada e interconectada do conflito no Corno de África sugere que qualquer análise das causas, consequências e soluções da persistente insegurança deve ser liderada pelas partes interessadas no terreno, como aquelas apoiadas pela União Africana e pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês). Mesmo apresentando alguns sinais ocasionais de esperança, como avanços diplomáticos em negociações, melhoria do desempenho econômico, tendências em direção à governança democrática e redução das tensões militares, os estados do Corno de África são frágeis e a paz (onde ela existe) é muito tênue. Deve haver uma ênfase persistente na governança responsável, política inclusiva e representativa, progresso econômico consistente e justo e esforços para controlar o extremismo ideológico.

Bacia do Lago Chade

O Boko Haram, que tem desestabilizado o nordeste da Nigéria desde 2009, na região mais ampla da bacia do Lago Chade, que inclui Nigéria, Níger, Chade e Camarões, também sofreu ataques. O Boko Haram usa ataques armados, atentados suicidas e sequestros em massa para manter a população em um estado de medo perpétuo. O grupo apoia uma interpretação rigorosa da lei islâmica (Sharia) para o país e é contra a influência ocidental. A ideologia retórica extrema do Boko Haram surgiu depois de julho de 2009, quando o fundador Muhammad Yusuf, foi capturado pelas forças de segurança nigerianas e executado na sede da polícia e centenas de seus seguidores foram mortos na repressão em massa.¹¹ Quando Abubakar Shekau, comandante adjunto do Boko Harm assumiu o controle, ele reposicionou o grupo no jihad armado global, apoiando abertamente insurgências islâmicas no norte da África, na Somália, no Iêmen e no Iraque. Em contrapartida, o Boko Haram tem sido elogiado e apoiado pela principal organização da Al Qaeda e suas filiais. Sob o controle de Shekau, o Boko Haram aumentou os assassinatos de políticos e atentados contra civis, atacou instituições ao norte, incluindo a sede regional das Nações Unidas em Abuja, provou ser uma força cada vez mais desestabilizadora para os países vizinhos e começou a usar mulheres-bomba.¹²

O exército nigeriano não foi capaz, ou, em alguns casos, sem disposição, de combater o grupo ou proteger civis. Desde fevereiro de 2015, no entanto, uma Força-tarefa conjunta multinacional, composta por tropas da Nigéria, Chade, Níger, Benim e Camarões, obrigou o Boko Haram a recuar. No entanto, o Boko Haram continua a ser o grupo mais letal da Nigéria e da sub-região.

Questões para discussão:

- Em sua opinião, como você avalia os ambientes de segurança no Corno de África e na bacia do lago Chade?
- Que papel o conceito de segurança humana deve desempenhar na transformação dos setores de segurança no Corno de África e na bacia do lago Chade?
- Como a reforma da governança do setor de segurança contribui para a democracia, boa governança e desenvolvimento no Corno de África e na bacia do lago Chade?
- Os grupos extremistas devem ser vistos por uma ótica global? Ou, o descontentamento é local?

Leitura recomendada:

Jideofor Adibe, "Reavaliação do conflito com o Boko Haram," *África em foco*, Instituto Brookings, fevereiro de 2016. https://www.brookings.edu/blog/africa-infocus/2016/02/29/re-evaluating-the-boko-haram-conflict/

Sessão Plenária 10: Foco conflito: Resolução da guerra civil no Sul do Sudão e República Centro-africana

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

- Avaliar o ambiente político e de segurança no RCA e Sudão do Sul.
- Criar e desenvolver um modelo de segurança humana para a resolução de conflitos.
- Refinar as funções desempenhadas pelas comunidades regionais e internacionais no avanço/obstrução do progresso em direção à paz.

Histórico:

As missões de manutenção da paz no Sudão do Sul e na RCA estão entre os maiores e mais caras da África. Enquanto ambos os países estão *oficialmente* no pós-conflito, a violência política continua regularmente. Juntos, esses países desafiam a viabilidade da responsabilidade de proteger a doutrina (R2P, na sigla em inglês) e a alavancagem aplicada por órgãos regionais e internacionais.

Sudão do Sul

O Sudão do Sul ganhou sua independência do Sudão com o referendo de 2011, após quase 40 anos de guerra civil. No entanto, em dezembro de 2013, o Sudão do Sul mergulhou em uma guerra civil quando o partido no poder se dividiu em facções rivais. A Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) já estava estabelecida desde 2011, com um mandato original para ajudar o novo país na transição após sua independência do Sudão. No entanto, a eclosão dos conflitos motivou um mandato mais robusto e o aumento das forças de paz. Atualmente, cerca de 16 mil soldados da força de manutenção da paz compõem a UNMISS.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) é responsável pelos esforços de pacificação entre os rivais políticos do Sudão do Sul. O processo de paz permanece paralisado hoje, em meio ao agravamento da crise humanitária. O *Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul*, assinado em agosto de 2015, entrou em colapso um ano depois. O recrudescimento da violência levou a uma emergência humanitária; em 2017, cerca de dois milhões de sul-sudaneses foram deslocados internamente.¹³ No início de 2016, a ONU declarou que a fome estava afetando mais de 40% da população. No Sudão do Sul, a dificuldade que a comunidade regional, a IGAD e a UA têm encontrado na mediação e na responsabilização dos protagonistas é indicativa da fraca alavancagem que está sendo exercida.

República Centro-Africana

Há muito tempo a República Centro-Africana sofre com os conflitos, o que motivou a primeira intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) em 1997, com a Missão Interafricana de Vigilância dos Acordos de Bangui, encarregada de monitorar a implementação dos Acordos de Bangui e o desarmamento de rebeldes e milícias. Mais recentemente, em 2012, a Seleka, uma coalizão em grande parte muçulmana de grupos armados no nordeste da RCA, iniciou ataques contra o governo e seus partidários, em protesto contra a exclusão política e econômica. Em 2013, a Seleka expulsou o então presidente François Bozize, substituindo-o pelo líder da Seleka, Michel Djotodia, sinalizando o fracasso do acordo de Libreville em 2013 para parar os conflitos. Muitos analistas concluíram que a Seleka também tinha o apoio do Idriss Deby, do Chade, que estava preocupado com o fato de a instabilidade da RCA se alastrar para o Chade. Djotodia renunciou em 2014, em meio a acusações de violações dos direitos humanos e agravamento da insegurança. Um governo de transição exerceu o poder até a realização das eleições em fevereiro de 2016.

Seguindo o princípio da subsidiariedade, a Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX) liderada pela CEEAC, instalada na RCA desde 2008, deu lugar aos enviados diplomáticos da União Africana e, em seguida, à força de seis mil homens da Missão da UA na RCA: que foi reorganizada em 2014 como a Missão da ONU na República Centro-Africana (MINUSCA), com um efetivo de 13.633 tropas da força de manutenção da paz. A atual missão da ONU é a sexta de uma longa corrente de esforços regionais de pacificação e manutenção da paz, desde 1998. Embora eleições foram realizadas em 2016 e um governo está nominalmente o poder e um programa de desarmamento foi lançado, o conflito continua na RCA, em particular, no leste e noroeste.¹⁴

Questões para discussão:

- Que papel as instituições desempenham no fomento da violência?
- Que papel a R2P pode desempenhar na resolução dos conflitos na RCA e no Sudão do Sul versus a obtenção de um acordo político?
- Que tipo de influência os órgãos regionais e internacionais podem usar para a resolução de conflitos?

Leitura recomendada:

Conselho de Segurança das Nações Unidas, "Relatório do Secretário-Geral sobre o Sudão do Sul (abrangendo o período de 02 de março a 1º de junho de 2017)", 15 de junho de 2017, S/2017/505 (também disponível em francês).

Conselho de Segurança das Nações Unidas, Relatório do Secretário-Geral, "Relatório do Secretário-Geral sobre a República Centro-Africana", 02 de junho de 2017, S/2017/47 (também disponível em francês).

Sessão Plenária 11: Foco conflito: Crise de governança nos Camarões e Moçambique

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

Compreender os vínculos entre governança e conflito.

- Discutir mecanismos de gestão de conflitos por meio de governança e instituições.
- Considerar os papéis da região e das instituições internacionais na redução da tensão.

Histórico:

Nos últimos dez anos, a governança na África apresentou uma ligeira melhora. Mas, ao examinar países individuais, o quadro é mais variado. Embora não sejam os únicos países que apresentam um declínio nos padrões de governança, Camarões e Moçambique apresentam importantes perspectivas sobre as consequências e fatores motivadores dessa deterioração, destacando os efeitos prejudiciais da exclusão política, social, cultural e econômica.¹⁵

Camarões

Em outubro de 2016, nas regiões noroeste e sudoeste dos Camarões, os advogados anglófonos exigindo a tradução para o inglês do Código da Organização para a Harmonização do Direito Comercial na África, entraram em greve. Rapidamente, os protestos evoluíram para incluir uma ampla gama de pessoas com queixas sobre o desrespeito pelos direitos culturais, distribuição de recursos e exclusão étnica. Suas demandas incluíam mais federalismo com alguns pedindo a secessão. A violenta reação do governo resultou na morte de vários manifestantes, centenas de presos e o corte nos serviços de internet por 92 dias. Simultaneamente, o governo iniciou negociações com a comunidade anglófona, criou uma Comissão Nacional para a Promoção do Bilinguismo e Multiculturalismo (CNPBM) e aumentou o número de professores anglófonos, entre outras medidas conciliadoras. 16 As tensões entre as comunidades francófonas e anglófonas dos Camarões não são novas, iniciando-se na época da independência, quando o governo francófono tentou moldar o país em uma única nação, reprimindo, dividindo e marginalizando as comunidades anglófonas. Embora os protestos tenham diminuído, as queixas permanecem juntamente com o movimento militante separatista. O período de protesto também revelou um racha entre a elite anglófona que estava servindo no governo e aqueles que viviam nas regiões anglófonas, com a elite incentivando medidas mais conciliadoras. Entre muitos analistas, a resolução reside no diálogo, no aumento da inclusão política e econômica e em uma resposta mais robusta da comunidade internacional à repressão do governo.¹⁷

Moçambique

O acordo de paz de 1992 trouxe a paz entre os rebeldes da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), após 16 anos de guerra civil. Desde então, membros da RENAMO tiveram êxito nas suas candidaturas para o parlamento, representando, em média, 35% do corpo legislativo. Ainda assim, a RENAMO nunca governou Moçambique: um resultado que eles frequentemente contestam. O governo obteve êxito ao usar a mediação para resolver os impasses políticos. No entanto, em 2014, o líder da RENAMO e centenas de rebeldes do grupo lançaram ataques contra o governo, acusando-o de manipular as eleições de 2014 e os repetidos fracassos para integrar a RENAMO politica e militarmente. A violência aumentou significativamente incluindo vários assassinatos de membros de alto perfil da RENAMO e FRELIMO.¹⁸ Cerca de 15 mil moçambicanos foram deslocados: muitos buscam refúgio no Malawi, a maioria fugindo dos ataques do governo contra civis. Em 2014, a FRELIMO e a RENAMO assinaram outro acordo de paz, e negociações estão em andamento para outro acordo. Os principais elementos do acordo não diferem do passado: as partes continuam negociando sobre a descentralização de poderes, as eleições provinciais e a reintegração da RENAMO na polícia e no exército.

Questões para discussão:

- De que forma os protestos nos Camarões se assemelham a desafios de governança em seus países de origem?
- Quais são as formas mais eficazes de gerenciar partidos políticos que nunca ganham?
- Em que ponto a política se normaliza nas resoluções de guerra civil?
- As soluções políticas devem ser responsáveis pelas clivagens étnicas e regionais?

Leitura recomendada:

Grupo de crise, "Crise anglófona dos Camarões na encruzilhada", Relatório da África nº 250, 02 de agosto de 2017. https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/cameroon/250-cameroons-anglophone-crisis-crossroads (também disponível em francês).

Human Rights Watch, "Moçambique", janeiro de 2017. https://www.hrw.org/sites/default/files/mozambique.pdf (também disponível em português).

Sessão Plenária 12: Desafios de segurança em África: olhar para of futuro

Formato: Sessão plenária

Grupo de discussão

Objetivos:

- Examinar a natureza e o alcance dos principais desafios de segurança emergentes em África.
- Discutir os desafios e oportunidades que os profissionais do setor de segurança da África (e seus parceiros externos) enfrentam para combater as emergentes ameaças de segurança.
- Explorar como abordagens cooperativas de segurança podem ajudar a enfrentar os desafios de segurança dos países africanos.

Histórico:

Durante grande parte do período pós-colonial, a maioria dos líderes africanos definiu segurança em termos de sobrevivência do regime. Consequentemente, muitos deixaram de lidar outras questões igualmente importantes para os seus países, incluindo conflitos, armas pequenas e armas ligeiras, desafios de segurança marítima e terrorismo. Ao longo das últimas décadas, a noção de segurança evoluiu do seu tradicional foco na integridade dos Estados. Assim, além da preocupação do Estado com a segurança física, existe um foco maior no cidadão e bem-estar da comunidade. De forma importante, o novo conceito reflete a atual agenda de segurança, onde questões como degradação ambiental, direitos humanos, perspectivas de gênero sobre segurança, aquecimento global, escassez de petróleo e água, propagação de doenças endêmicas, conflitos étnicos, crime transnacional e fragilidade do Estado cresceram em importância. A nova perspectiva sobre segurança reconhece uma série de realidades: existem novas e graves ameaças que nenhum país, independentemente da sua riqueza, pode resolver sozinho; a maior parte da população mundial está ameaçada por problemas que não estão necessariamente relacionados com armas de destruição em massa e redes terroristas; muitos dos problemas que os chamados países em desenvolvimento enfrentam devem preocupar a todos.

As tendências políticas e econômicas mundiais apresentam um quadro variado. As economias continuam crescendo em todo o mundo. Mas, a pobreza pode persistir e, de fato, tornar-se mais aguda e concentrada ao lado de prósperos mercados nacionais, com uma evolução desigual do desenvolvimento. A política internacional viu uma maior inclusão das nações emergentes e suas populações preponderantes, dando maior voz à maioria da humanidade. No entanto, as divisões persistem dentro do mundo multipolar e respostas verdadeiramente unificadas aos desafios globais, especialmente as mudanças climáticas, mas também a migração humana, crises de saúde mundiais e fluxos de migração humana estão faltando. Sem surpresa, os esforços para entender as tendências

políticas e econômicas abrangentes em escala global geram diferenças de opinião. O crescimento recente em lugares como a China questiona a suposição de que as transições para economias de livre mercado geram abertura política. Muitos indicadores sugerem que a integração mundial da política, economia, tecnologia e assim por diante segue rapidamente no seu caminho inevitável, mas alguns observadores argumentam que o processo enfrenta contracorrentes e diminuiu seu ritmo, e até mesmo estagnou, em algumas áreas, criando bolsões de relocalização ou a formação de "ilhas".

As principais ameaças de segurança emergentes diante dos países africanos podem ser nacionais, regionais ou globais. Em sua maioria, esses desafios são coletivamente reforçados e não podem ser abordados isoladamente. Os países africanos (e seus parceiros externos) devem pensar estrategicamente sobre soluções que são criativas, coordenadas e abrangentes. Exemplos de ameaças de segurança emergentes incluem: mudanças demográficas e a explosão juvenil, variações climáticas, migração e o tráfico de seres humanos, urbanização e a "nova fronteira", ideologias extremistas insidiosas e em rede, deterioração dos termos de troca e conflitos nacionais e subnacionais sobre fronteiras e posse de terras.

Para os líderes africanos, no fim, as forças políticas e econômicas globais moldam o seu ambiente de trabalho. O quadro mais amplo pode oferecer uma perspectiva comparativa sobre a natureza, alcance e impacto das ameaças e desafios contemporâneos que surgem das transições políticas e econômicas. Igualmente importantes são as lições e práticas dos esforços para lidar com os choques, crises e problemas que eles podem acarretar. As perspectivas políticas e econômicas globais também podem indicar os desafios de defesa e segurança externos que provavelmente surgirão no continente.

Questões para discussão:

- Como a definição de "segurança" evoluiu na África para refletir as mudanças no ambiente de segurança?
- Quais são alguns dos desafios de segurança mais urgentes que o continente enfrenta? Como esses desafios evoluíram ao longo do tempo?
- Além das tradicionais instituições de segurança (por exemplo, Exército, polícia, gendarmaria e serviços de inteligência), quais organizações, estruturas e instituições devem ser incluídas no debate nacional sobre a definição de interesses de segurança? Por que deveriam ser incluídas e o que podem contribuir para o debate de segurança?

Leitura recomendada:

Relatório do Conselho de Segurança, "O Conselho de Segurança pode evitar conflitos?", Relatório de pesquisa, fevereiro de 2017.

http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/research_report_conflict_prevention_2017.pdf

Julia Bello-Schünemann, Jakkie Cilliers, Zachary Donnenfeld, Ciara Aucoin e Alex Porter, "Futuros Africanos: as principais tendências até 2035", *Resumo de políticas do Instituto para Estudos de Segurança (ISS)*, 1° de setembro de 2017. https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/policybrief105.pdf

Mesa redonda pública: Reconstruindo as comunidades africanas após o conflito

Formato: Mesa redonda aberta ao público

Sessão de perguntas e respostas

Objetivos:

Identificar os principais elementos necessários para a construção da paz.

- Apreciar a diversidade dos atores internos que precisam ser envolvidos, a fim de garantir uma paz duradoura.
- Aplicar as lições aprendidas de construção da paz nos conflitos políticos e sociais mais amplos.

Histórico:

A paz duradoura após um violento conflito civil é um esforço multifacetado e multianual. A construção da paz bem sucedida após a guerra civil exige a reconstrução das instituições, a reconstituição dos laços sociais e a reconstrução do estado. Como os pacificadores da África conhecem há muito tempo, essas tarefas essenciais levam tempo e exigem o envolvimento de um amplo conjunto de atores. Em muitos casos, as partes interessadas relevantes, como jovens, mulheres, sociedade civil e grupos étnicos minoritários, podem não conhecer a dinâmica política após um conflito. Na verdade, estas são as lições ensinadas pelos conflitos que terminaram com sucesso, como em Serra Leoa, na Libéria e na África do Sul.

As instituições continuam sendo a cola entre os catalisadores de conflitos subjacentes e os esforços conduzidos pelo Estado para garantir uma paz duradoura. Encerrar um conflito com sucesso exige instituições fortes e independentes para criar leis justas, respeitar o Estado de Direito, aplicar as leis, proporcionar educação e garantir acesso à saúde. No entanto, as instituições são o produto de regras e interesses constituídos. Como tal, um pré-requisito igualmente importante é como criar instituições relevantes e aceitas: um feito que exige priorização uma abordagem inclusiva para a construção da paz.

Embora o foco nas dinâmicas políticas e sociais internas seja uma consideração importante para o sucesso da construção da paz, as instituições internacionais e regionais continuam relevantes. A África, como outras regiões propensas a conflitos, exige parceiros fortes para entregar o dividendo da paz. Os recursos e o apoio de organizações internacionais e regionais podem ser parceiros essenciais para conduzir as promessas de paz. No entanto, as parcerias devem respeitar suas limitações e reconhecer as motivações estratégicas de cada engajamento.

Questões para discussão:

- Como os diferentes atores em seus países contribuíram para resolver um conflito político ou social? Quem eram os atores envolvidos?
- Quais são as diferentes formas em que o estado e a sociedade podem se reencontrar após um conflito político e social?
- Como o envolvimento do estado com um conjunto diversificado de atores pode evitar conflitos violentos?

Leitura recomendada:

Pamela Aall e Chester Crocker, "O ambiente social e conflitos na África", em *Fabric of Peace in Africa: Looking Beyond the State* (Centro de Inovação para a Governança Internacional, Waterloo, Canadá: 2017).

Chester Crocker e Pamela Aall, "Can State and Society be Woven Together?", em *Fabric of Peace in Africa*: *Looking Beyond the State* (Centro de Inovação para a Governança Internacional, Waterloo, Canadá: 2017).

Mathurin C. Houngnikpo, "Repressão ou proteção? O setor de segurança e a sociedade na África", em *Fabric of Peace in Africa: Looking Beyond the State* (Centro de Inovação para a Governança Internacional, Waterloo, Canadá: 2017).

Exercício Resumo Retrospectivo: Resolução de Desafios de Segurança

Cada grupo de debate terá a oportunidade de transmitir informação ao plenário sobre pontos de debate essenciais do módulo "Resolução de conflitos de segurança."

Durante o debate em grupo e antes da repetição confirmativa, os participantes irão selecionar um porta-voz e um presidente para orientar a discussão. Também poderá ser útil selecionar um anotador.

Os participantes deverão focar a sua repetição confirmativa nas seguintes perguntas.

Pergunta comum

Qual é o significado de focar-se na segurança humana vs. segurança do estado?

Grupo 1:

O enquadramento atual da Arquitetura Africana de Segurança e Paz responde adequadamente aos desafios de segurança que África enfrenta? Porquê ou porque não?

Grupo 2:

De que modo a segurança e a estratégia marítimas são relevantes para os estados interiores?

Grupo 3:

Selecione duas tendências futuras cruciais que afetarão África no domínio da segurança. Como podem estes desafios transformar-se em ativos, em vez de passivos?

Grupo 4:

Quais são as formas de África tirar proveito dos seus ativos em parcerias a nível regional e internacional?

Cada porta-voz terá entre 5 e 7 minutos para apresentar as conclusões do grupo de debate. A repetição confirmativa não requer uma apresentação de PowerPoint.

Após todas as apresentações terem sido efetuadas, os restantes membros do plenário terão uma oportunidade de discutir o modelo.

Sessão Plenária 13: Fazer uso dos parceiros de segurança externos de África

Formato: Sessão plenária

Grupo de discussão

Objetivos:

• Identificar a variação nos modelos de assistência de segurança externos.

- Destacar o potencial da liderança efetiva para gerenciar e coordenar a assistência dos doadores externos.
- Investigar os vínculos entre o desenvolvimento da estratégia de segurança nacional e a efetiva coordenação de assistência de segurança.

Histórico:

Muitos estados africanos dependem de recursos dos parceiros externos para desenvolverem seus serviços e sistemas de segurança. No entanto, esta assistência é raramente coordenada entre os parceiros externos e os estados africanos, e nem sempre corresponde às estratégias de segurança nacional ou às necessidades dos governos africanos. Como resultado, muitos estados africanos têm equipamentos que não precisam ou não conseguem manter, não têm o treinamento adequado para usar o material ou possuem equipamentos que não são interoperáveis. Consequentemente, os estados africanos podem não estar efetivamente protegendo suas nações e os parceiros podem não estar usando seus recursos eficientemente.

Os parceiros externos se esforçam para prestar assistência para atender aos seus próprios objetivos de política externa e de segurança e estes podem ou não coincidir com os objetivos dos estados africanos. Além disso, os parceiros externos raramente coordenam entre si para identificar áreas de vantagem comparativa ou alinhamento com objetivos e realidades africanos. Essa inadequação dos objetivos pode tornar a assistência de segurança ineficaz, desperdiçando recursos valiosos. Consequentemente, muitos analistas pediram maior coordenação entre os doadores e entre doadores e estados africanos. Por exemplo, os Estados Unidos podem ter ganhos ao coordenar o treinamento militar e de manutenção da paz com a França. Ao contrário dos EUA, a França possui uma rede mais ampla de escolas relacionadas com a manutenção da paz. Para dar um exemplo recente, a cooperação entre os EUA e a França na escola de manutenção da paz em Bamako resultou em custos mais baixos em geral e maior relevância no treinamento para os países participantes.¹⁹

No entanto, a coordenação não deve estar centrada apenas nos parceiros. Para aumentar a alavancagem e eficácia da assistência de segurança, os estados e instituições africanos devem entender claramente seu ambiente de segurança, força, fraquezas e objetivos. Tais considerações estão por trás do quadro de referência (2016-2020) da Arquitetura de Paz e

Segurança Africana (APSA). Ao criar o quadro de referência da APSA, a União Africana formaliza as funções dos diferentes atores na APSA e reconhece as funções dos diferentes parceiros externos para alcançar os objetivos estratégicos da UA de "silenciar as armas". Posteriormente, as Nações Unidas adotaram o quadro de referência da APSA, enxergando o quadro de referência como a chave para "[formular] posições e estratégias coesas, numa base casuística, para lidar com situações de conflito na África".²⁰

Quando os estados e instituições africanos podem avaliar e articular claramente seus objetivos estratégicos, eles podem efetivamente alavancar e coordenar a assistência dos doadores aos seus setores de segurança. No entanto, os doadores também têm interesse na coordenação efetiva: deixar de fazer isso pode resultar no desperdício de recursos e objetivos mal realizados.

Questões para discussão:

- Como os governos africanos e seus parceiros externos podem coordenar as necessidades de segurança, requisitos de responsabilidade e doações?
- Você pode identificar uma ação ou exercício de segurança financiado externamente que não atendesse às necessidades do seu país? Qual foi o resultado dessa ação? O que poderia ter sido uma melhor abordagem para desenvolver essa parceria?

Leitura recomendada:

União Africana, *Arquitetura Africana de Paz e Segurança*. *Quadro de referência APSA* 2016 – 2020, abril de 2016, pp. 1-22 (disponível em francês)

Pedro Ecosteguy, "Capítulo II – A União Africana e a nova Arquitetura Africana de paz e segurança, em A Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança: Implicações para o Multilateralismo e para as Relações do Brasíl com a Africa." Fundação Alexandre de Gusmão (Brasília, Brasíl, 2011).

Sessão Plenária 14: África prioridades do Departamento de Defesa dos EUA

Formato: Sessão plenária

Grupo de discussão

Objetivos:

 Compreender a missão e a organização do Departamento de Defesa dos EUA (DOD) e seu papel no desenvolvimento e implementação das políticas dos EUA na África.

Compreender o papel do AFRICOM e sua relação dentro do DOD.

Histórico:

O Departamento de Defesa dos EUA (DOD) é encarregado de dissuadir a guerra e proteger os Estados Unidos. Faz isso mantendo as forças militares, cujos principais elementos são o Exército, a Marinha, o Corpo de Fuzileiros Navais e a Força Aérea. Enquanto a Guarda Costeira é um braço do Departamento de Segurança Interna (DHS), também possui capacidades e responsabilidades militares tradicionais que são exercidas segundo ordens do DHS e DOD. Em casos de emergência, a Reserva e a Guarda Nacional aumentam o contingente militar. Toda essa capacidade militar é orquestrada pelo Gabinete do Secretário de Defesa e pelo Estado-Maior Conjunto por meio da estrutura do comando combatente. O Secretário de Defesa exerce autoridade, direção e controle sobre o Departamento. No entanto, o presidente dos Estados Unidos é o comandante-chefe e a instituição está firmemente sob controle civil.

Enquanto o Departamento de Estado é a principal agência de assistência estrangeira e fornece alguns recursos para treinamento de forças militares estrangeiras (por exemplo, ACOTA), o Departamento de Defesa é o principal ator com estabelecimentos de defesa estrangeiros para os seguintes fins:

- Desenvolvimento de relações de defesa que promovem os interesses de segurança dos EUA;
- Desenvolvimento das capacidades militares de amigos e aliados;
- Aperfeiçoamento da troca de informações e compartilhamento de inteligência com o intuito de harmonizar os pontos de vista sobre os desafios da segurança;
- Aprovisionamento de acesso para as forças dos EUA em tempos de paz, contingência e em rota.

Implementação de programas de cooperação em segurança

Os cursos de educação militar profissional dos EUA oferecem aos atuais e futuros líderes estrangeiros o desenvolvimento profissional necessário para liderar e manter forças

militares efetivas sob controle civil democrático. As habilidades táticas e estratégicas aprendidas também oferecem benefícios de interoperabilidade tanto para os EUA quanto para as forças estrangeiras. O Departamento de Defesa realiza dois programas internacionais de treinamento e educação militar: os programas de Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET) e o Instituto da Defesa para Estudos Jurídicos Internacionais (DIILS).

Os programas IMET permitem que os EUA exerçam influência de forma positiva no desenvolvimento das instituições militares estrangeiras e seus papéis nas sociedades democráticas. Os cursos são oferecidos a oficiais estrangeiros em diversos assuntos, incluindo gerenciamento de recursos de defesa, justiça militar, relações civil-militares e direitos humanos. Esses programas também auxiliam nos esforços dos EUA para construir acordos de segurança regionais e combater o terrorismo. Além disso, os contatos entre militares permitem aos Estados Unidos e seus parceiros moldar o cenário estratégico, proteger os interesses compartilhados e promover a estabilidade. O IMET expandido (E-IMET) abre o programa aos participantes (como representantes de organizações não governamentais e parlamentares nacionais) que normalmente não fariam parte de um programa de treinamento relacionado à defesa. O DIILS oferece educação e treinamento para pessoal uniformizado e civil do setor de segurança em temas relacionados à justiça militar, direitos humanos, estado de direito e construção de uma resposta legal ao terrorismo. Os programas DIILS servem para promover a segurança regional e incentivar as forças armadas profissionais e estáveis.

Agência de Cooperação em Defesa e Segurança

A missão principal da Agência de Cooperação em Defesa e Segurança (DSCA) é apoiar os objetivos regionais dos Comandos Combatentes por meio da cooperação em segurança com aliados dos EUA em todo o mundo. A DSCA é um componente do Gabinete do Secretário de Defesa, da alçada do Gabinete do Secretário Adjunto de Defesa para Políticas.

O papel do Comando dos EUA para a África (AFRICOM)

Em fevereiro de 2007, o presidente anunciou sua intenção de criar um novo comando para a África. Na época, a responsabilidade pelo continente africano estava dividida entre três comandos dos EUA: Comando Europeu (EUCOM), Comando Central (CENTCOM) e Comando do Pacífico (PACOM). O estabelecimento do AFRICOM foi motivado pela crescente relevância estratégica do continente para interesses críticos dos EUA. Para promover os objetivos estratégicos dos EUA, o AFRICOM trabalha com estados africanos e organizações regionais para ajudar a fortalecer a estabilidade e a segurança na região. Realiza isso por meio de uma variedade de programas e iniciativas voltadas para melhorar as capacidades de segurança nacionais e regionais, o profissionalismo militar e a boa governança.

Questões para discussão:

- Que elementos das políticas do Departamento de Defesa dos EUA são mais relevantes para si e para o seu trabalho?
- As percepções em seu país de origem são diferentes daqueles que você aprendeu hoje?
- Como as informações que você aprendeu hoje podem mudar a forma que você faz o seu trabalho?

Leitura recomendada:

General Thomas Waldhauser, "Declaração de postura de 2017 do Comando dos Estados Unidos para a África", 09 de março de 2017. https://www.africom.mil/

Sessão Plenária 15: África prioridades do Departamento de Estado e de USAID

Formato: Sessão plenária

Grupo de discussão

Objetivos:

• Compreender os objetivos da política externa dos EUA na África.

- Compreender o papel da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na implementação de políticas e programas estratégicos na África.
- Examinar as funções e responsabilidades do Departamento de Estado e da USAID em relação aos objetivos de segurança na África.

Histórico:

O Departamento de Estado dos EUA assessora o Presidente sobre questões de política externa e executa as políticas e programas dos EUA no exterior. Mais especificamente, o Departamento determina e analisa os fatos relacionados aos interesses dos EUA no exterior, faz recomendações sobre políticas e ações futuras, e toma as medidas necessárias para executar a política estabelecida. O Departamento negocia tratados e acordos com nações estrangeiras, fala em nome dos Estados Unidos nas Nações Unidas e em outras organizações internacionais e representa os Estados Unidos em conferências internacionais. O Departamento de Estado é a principal agência governamental dos EUA para desenvolver, implementar e executar a política externa; todas as outras agências governamentais, incluindo o Departamento de Defesa, apoiam o Departamento de Estado.

Objetivos da política externa dos EUA na África:

- Fortalecer as instituições democráticas.
- Estimular crescimento econômico, comércio e investimento.
- Avançar paz e segurança.
- Promover oportunidades e desenvolvimento.

O papel do Departamento de Estado na consecução dos objetivos de segurança na África

O Departamento de Estado está centrado em quatro objetivos de segurança fundamentais dos EUA na África: fortalecimento das capacidades para as operações de apoio à paz africanas; prevenção, mitigação e resolução de conflitos; profissionalização militar; e fortalecimento das capacidades de contraterrorismo (CT). Para alcançar esses objetivos, o Departamento de Estado, em parceria com o Departamento de Defesa dos EUA,

empenha-se em assistência de segurança direta para agências do setor de segurança, na forma de treinamento e financiamento. Embora uma grande parte da assistência seja bilateral, o Departamento também tem uma abordagem regional trabalhando com organizações como a União Africana, a CEDEAO e a SADC.

Os principais programas do setor de segurança financiados pelo Departamento de Estado incluem:

- Educação e Treinamento Militar Internacional (IMET)
- Treinamento financiado pelo Financiamento Militar Estrangeiro (FMF)
- Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei (INL)
- Iniciativa Global de Operações de Paz (GPOI)
- Assistência e Treinamento para Operações de Contingência na África (ACOTA)
- Capacidades Internacionais Avançadas de Manutenção da Paz (EIPC)

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

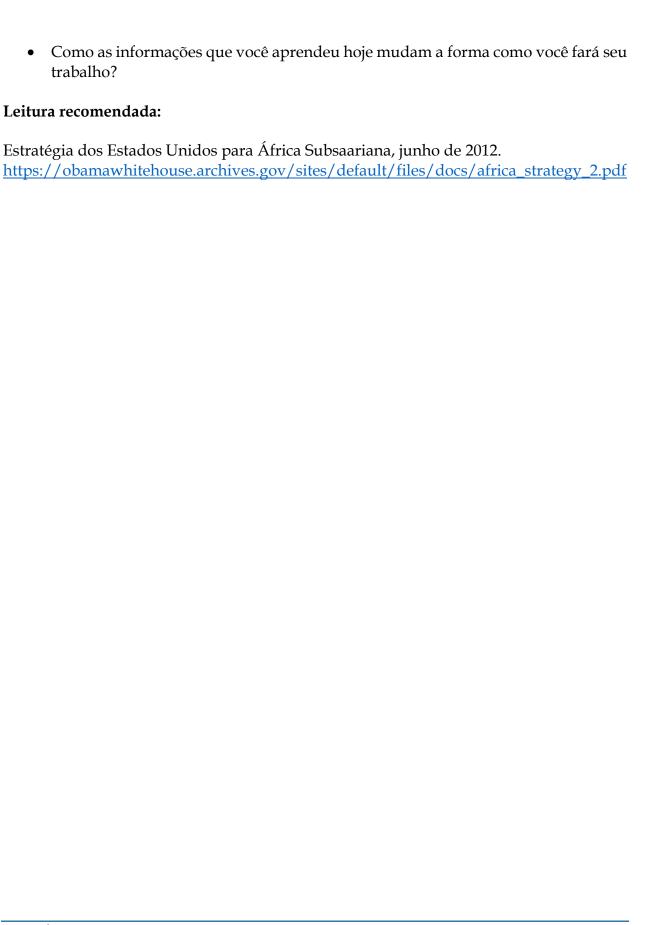
A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a principal agência do governo dos EUA para ajuda e assistência externa, opera sob a autoridade e orientações do Secretário de Estado. A USAID promove os objetivos da política externa dos EUA por meio do apoio ao crescimento econômico, agricultura, comércio, saúde global, democracia, prevenção de conflitos e assistência humanitária, entre outras iniciativas. A USAID tem 22 escritórios bilaterais e três escritórios regionais no continente africano. O desenvolvimento sustentável é o principal objetivo dos esforços da USAID na África. A USAID reconhece que a boa governança é uma parte essencial do crescimento econômico e do desenvolvimento e, portanto, promove a transparência e a responsabilização nas instituições e políticas de governos. Para o mesmo fim, auxilia nos esforços para estabelecer e assegurar o Estado de Direito por meio de medidas como assistência ao setor jurídico.

Objetivos conjuntos das políticas do Departamento de Estado e USAID:

- Fortalecer as instituições democráticas e o Estado de Direito
- Prevenir e resolver conflitos
- Promover um crescimento econômico sustentável e de base ampla
- Melhorar o acesso à educação e serviços de saúde de qualidade
- Combater desafios transnacionais

Questões para discussão:

- Quais são os elementos das políticas do Departamento de Estado dos EUA e da USAID em relação à África que são mais significativos para você e seu trabalho?
- As percepções em seu país de origem são diferentes daqueles que você aprendeu hoje?



Sessão Plenária 16: Sociedade civil e a política dos EUA-África

Formato: Sessão plenária

Grupo de discussão

Objetivos:

• Compreender as diferentes atividades da sociedade civil dos EUA na África.

- Identificar o papel da sociedade civil dos EUA nas políticas da África.
- Destacar os mecanismos pelos quais a sociedade civil dos EUA influencia as políticas da África.

Histórico:

Os Estados Unidos têm uma vibrante rede da sociedade civil. As organizações podem focar na defesa de políticas específicas, pesquisas ou implementadores de programas no terreno. Nos três casos, as organizações da sociedade civil podem oferecer orientações para os formuladores de políticas dos EUA (embora algumas organizações possam optar por assumir uma posição mais neutra). Os grupos de reflexão [*Think Tanks*] formam um significativo e versátil componente da sociedade civil dos EUA. Por um lado, os think tanks, que representam organizações que pesquisam, defendem e trabalham no exterior, são mais prevalentes nos EUA do que em qualquer outro país. Além disso, Washington, DC, sedia 397 think tanks, ou 22 por cento do total nos EUA – mais do que qualquer outro país. De fato, os dez maiores think tanks estão todos localizados em Washington, DC. ²¹

Ao longo dos anos, a sociedade civil dos EUA, muitas vezes trabalhando com outros, foi fundamental para focar a política do governo dos EUA em uma série de questões importantes. Exemplos proeminentes incluem o envolvimento do governo dos EUA no Sudão;²² renúncia à apartheid na África do Sul;²³ e chamando a atenção para os minerais de conflito, entre outras questões. Em cada um desses casos, as mudanças de políticas ocorreram depois que as organizações tiveram êxito ao trabalhar juntas para reunir um conjunto diversificado de partes interessadas para defender, escrever e pesquisar sobre um tema comum.

Em alguns casos, os esforços da sociedade civil dos EUA para chamar a atenção para os casos falharam. Mais recentemente, o vídeo criado pela organização Invisible Children [Crianças Invisíveis], Kony 2012, procurou aumentar a conscientização sobre a natureza destrutiva do Exército de Resistência do Senhor (LRA), de Joseph Kony. Em vez disso, foi redondamente criticado por simplificar uma história complexa, por chamar atenção desproporcional sobre um conflito que havia diminuído drasticamente – não obstante, a brutalidade do LRA, e ainda sem oferecer uma solução, além da publicidade, para resolver a insegurança no norte do Uganda.²⁴

Hoje, os grupos de reflexão baseados em Washington trabalham na mediação da paz, na segurança eleitoral, no fortalecimento dos partidos políticos, na capacitação da sociedade civil e dos partidos políticos. Organizar eventos públicos, publicar artigos e trabalhar com diversas partes interessadas, são componentes fundamentais pelos quais um grupo de reflexão ou organização obtém *feedback* de seus pares, bem como cumpre os objetivos de seu mandato.

Questões para discussão:

- Seu trabalho ou agência o colocou em contato com as organizações da sociedade civil dos EUA? Qual foi a sua experiência com eles?
- Você já observou a sociedade civil dos Estados Unidos com outros grupos similares em seu país? Você pode falar sobre o impacto, se houver, de tal relacionamento?
- Como a sociedade civil é integrada na formulação de políticas em seu país?

Leitura recomendada:

Anistia Internacional, "Declaração da Anistia Internacional dos EUA para a audiência da Subcomissão sobre Política para a África e Saúde Global", "Relatório de Progresso sobre os Minerais de Conflito", 05 de abril de 2017.

https://www.law.umn.edu/sites/law.umn.edu/files/newsfiles/amnesty_statement_4 -5-17.pdf

Um, "O Século Africano", junho de 2017.

https://s3.amazonaws.com/one.org/pdfs/ENG-Brief-TheAfricanCentury.pdf

Sessão Plenária 17: A União Europeia em África

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

• Analisar a evolução das relações entre os países europeus e o continente africano.

- Discutir a atual natureza e âmbito da colaboração relacionada com a segurança entre a União Europeia e a África.
- Avaliar as lições da parceria estratégica conjunta da África-EU.

Histórico:

Os países europeus têm fortes laços históricos com o continente africano que remontam ao período anterior à colonização. Esses laços compreendiam comércio (tanto lícitos como ilícitos), viagens e defesa, e estabeleceram as bases para os diferentes modos de governança que surgiram durante a colonização. No entanto, desde a independência, o relacionamento entre a Europa e os estados africanos evoluiu de cinco formas importantes. Primeiro, o foco anterior, baseado em relacionamentos centrados no estado, está mudando gradualmente para incluir a segurança humana, o humanitarismo e operações de apoio à paz. Segundo, a imediata preocupação pós-colonial para nomear consultores técnicos e pessoal de apoio europeus está progressivamente abrindo espaço para um maior foco em treinamento, capacitação e fortalecimento institucional. Terceiro, a relutância em intervir quando violações dos direitos humanos são cometidas está sendo substituída por intervenções específicas que são amplamente consistentes com a internacionalmente reconhecida doutrina da responsabilidade de proteger (R2P). Quarto, existe um reconhecimento crescente da necessidade de melhorar a coordenação da assistência europeia prestada aos países africanos. Quinto, houve uma mudança do enfoque quase exclusivo nas relações bilaterais para uma aceitação em apoiar as instituições e iniciativas regionais africanas. A maior parte desta evolução é sustentada pelo quadro articulado na estratégia conjunta África-UE de dezembro de 2007.

A Estratégia Conjunta África-UE estabelece um quadro de referência para uma colaboração eficaz entre a União Europeia e o continente africano em oito áreas prioritárias, todas as quais com implicações diretas em segurança. É importante observar que esta estratégia não define a totalidade das relações entre os países africanos e seus parceiros europeus. Os países europeus, especialmente os antigos poderes coloniais, ainda mantêm programas bilaterais e regionais (baseados em idiomas) com nações africanas.

A Estratégia Conjunta África-UE foi criada para apoiar: (a) encontros e reuniões regulares de alto nível (por exemplo, a reunião dos Ministros da Defesa UE-África); (b)

contatos/intercâmbios institucionais periódicos; (c) a criação da Rede de Pesquisa de Políticas Europa-África para fornecer análise imparcial sobre políticas; (d) o estabelecimento da representação diplomática da União Africana/União Europeia em Bruxelas e Addis Abeba, respectivamente, e (e) a criação de grupos de especialistas conjuntos para a resolução colaborativa de problemas.

Desde a sua criação, a Estratégia Conjunta África-UE tem sido a base para uma intervenção significativa nas questões de segurança africanas. Foi dado apoio substancial para a União Africana, bem como para organizações regionais como a CEDEAO e IGAD. Capacitação e apoio institucional foram fornecidos para instituições nacionais e regionais de treinamento militar e policial em todo o continente. Este quadro também facilitou o apoio para as operações de apoio à paz africanas, como, por exemplo, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Também ajudou a UE a adaptar seu apoio às estratégias regionais como a política da UE sobre o Chifre de África, de dezembro de 2009.

Embora esta abordagem tenha sido uma mudança bem-vinda, a coordenação deficiente e os processos excessivamente burocráticos limitaram a eficácia da estratégia. Além disso, o uso de vários instrumentos de financiamento contribuiu, em alguns casos, para redundância, duplicação e desperdício. Também houve uma coordenação inadequada entre programas da UE e programas apoiados por países europeus individuais. Apesar desses desafios, o foco na segurança humana, capacitação e fortalecimento institucional proporcionou ganhos positivos e tangíveis.

Questões para discussão:

- Como você avalia as atuais parcerias relacionadas com segurança entre a União Europeia e os países africanos?
- O que explica a evolução das relações entre a União Europeia e os países africanos nas áreas de gestão de conflitos, operações de apoio à paz e treinamento/capacitação?
- Como avalia a Estratégia Conjunta África-UE?
- Como devem os países africanos tirar o melhor proveito de sua parceria com a União Europeia?

Leitura recomendada:

Barrios, Cristina. "Cooperação da UE com a União Africana: Problemas e Potencial", FRIDE Policy Brief nº 51, julho de 2010.

Sessão Plenária 18: China em África

Formato: Sessão plenária

Grupos de discussão

Objetivos:

• Analisar a evolução da relação entre a China e o continente africano.

- Discutir a atual natureza e âmbito da colaboração relacionada com a segurança entre a China e a África.
- Determinar como as parcerias da China com a África abordam as necessidades de segurança.

China

O comércio entre a China e a África alcançou US \$ 200 bilhões em 2015, tornando-se o maior parceiro comercial de África. Mas, à medida que a China se envolve cada vez mais com a África, ela também começou a associar a segurança do continente com a prosperidade da China: um significativo desvio da famosa política externa da China de não interferência em assuntos domésticos. O maior foco da China na segurança decorre da necessidade de proteger investimentos dos transtornos e danos causados por conflitos, mas também, por cidadãos chineses que trabalham nos projetos e a reputação global da China.²⁵

Recentemente, a China aumentou sua participação em missões de manutenção da paz da ONU. Dos três mil soldados da China em missões de paz das Nações Unidas, cerca de 85% estão na África, dos quais, 50 por cento estão em missões de manutenção da paz no sul do Sudão e em Darfur.²⁶ No Sudão do Sul, a China também contribuiu com o seu primeiro batalhão de infantaria para uma missão de manutenção da paz da ONU e tem atuado no processo de mediação no conflito interno. Atipicamente, também é membro do Comitê Conjunto de Monitoramento e Avaliação, que monitora o Acordo para Resolver o Conflito no Sudão do Sul de 2015.²⁷ O conflito interno do Sudão do Sul tem sido particularmente preocupante para a China, dado o nível de violência e seu investimento no país: existem 50 empresas chinesas, 7 mil chineses (incluindo pacificadores) e uma Associação Empresarial Chinesa em Juba.

Questões para discussão:

- Quais são os aspectos críticos da relação de segurança entre a China e a África?
- As parcerias da China relacionadas com segurança abordam as prioridades de segurança da África?
- Quais são as motivações da China para dar assistência relacionada à segurança na África?

• Como a África pode aproveitar ao máximo as parcerias relacionadas à segurança da China?

Leitura recomendada:

Abigaël Vasselier, "Política externa chinesa no Sudão do Sul: vista do terreno", Brief da China Vol. 16, nº 13, The Jamestown Foundation, 22 de agosto de 2016, pg. 15-19. (http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=45658&#.V8nPpfnR-70).

Bruno Hellendorff, "La Chine en Afrique de l'Ouest: Un modèle de partenariat durable?" *Note d'Analyse du GRIP*, 26 de novembro de 2013, Bruxelles. http://www.grip.org/fr/node/1134

Sessão Plenária 19: Parceiros externos emergentes em África: Turquia, Índia e Estados do Golfo

Formato: Mesa redonda

Grupos de discussão

Objetivo:

- Discutir parceiros emergentes na assistência de segurança externa da África.
- Questionar as motivações dos parceiros de assistência de segurança externa da África.
- Avaliar como os parceiros emergentes ajudam a enfrentar os desafios de segurança da África.

Histórico:

Parceiros de assistência de segurança não tradicionais agora desempenham um papel mais significativo no fornecimento de assistência em segurança. Tendo a Turquia, Índia e os Estados do Golfo como foco mostra a heterogeneidade da África nas relações internacionais e interesses estratégicos de diferentes parceiros.

Turquia

A Somália é central para a política da África da Turquia, que procura distingui-la de outros parceiros externos, demonstrando compromisso com a Somália. De fato, a visita do presidente Recep Tayyip Erdogan em 2011 foi a primeira visita de um líder não africano em 20 anos.²⁸ Promovendo uma política de "Diplomacia Humanitária",²⁹ o envolvimento da Turquia com a Somália é visto como enaltecendo um tipo diferente de assistência, um que demonstra comprometimento com a parceria. Até este ponto, o envolvimento da Turquia continuou apesar dos ataques perpetrados pelo Al-Shabaab matando funcionários diplomáticos e das Linhas Aéreas Turcas (que ocorreram em 2011, 2013 e 2015): o ataque de 2015 antecedeu a visita do presidente Erdogan. Mas, o interesse da Turquia também é uma estratégia para encontrara alternativas para sua dependência do Oriente Médio, elevar seu perfil internacionalmente e expandir seu relacionamento com as comunidades muçulmanas da África.³⁰

Índia

O interesse da Índia na África está intimamente ligado ao seu interesse no Oceano Índico, no combate ao terrorismo do Paquistão e Afeganistão, e sua busca pela reforma da governança global. Grande parte do interesse da Índia na África está litoral sul e leste. Em particular, a Tanzânia, Maurício, Seychelles, Moçambique e África do Sul, que fazem fronteira com o Oceano Índico, são estrategicamente importantes para a Índia. Não só porque reservas de petróleo e gás foram descobertas na região do Oceano Índico, mas também é uma importante passagem marítima. Além dessas parcerias, a Índia formou relações de segurança marítimas com Maurício, Moçambique e Seychelles: desde 2000,

tem patrulhado a Zona Econômica Exclusiva das Ilhas Maurício com a guarda costeira de Maurício. O Sahel e a Somália são cada vez mais importantes, com os relatos de terroristas paquistaneses e afegãos que utilizam a África para treinamento afetam a segurança da Índia. Sobre governança global, a África é estrategicamente importante para a Índia, na medida em que busca reformar os órgãos das Nações Unidas - em particular o conselho de segurança - para refletir maior representação do hemisfério sul. Aqui, a Índia investe pesadamente na manutenção da paz: das 7.676 tropas indianas, 80 por cento são destacadas nas missões das Nações Unidas no Sudão do Sul e na República Democrática do Congo. A Índia também contribuiu US \$ 1 milhão para a AMISOM.³¹

Estados do Golfo

Os Estados do Golfo estabeleceram responsabilidades na pacificação, cultivaram vínculos com grupos extremistas e atraíram a África para as relações entre os Estados do Golfo. O Qatar, mais do que outros Estados do Golfo, desempenhou o papel de mediador em conflitos africanos. Sobretudo, o Qatar convocou as partes em conflito em Darfur, resultando no Acordo de Doha de 2011. Ao mesmo tempo, os grupos apoiados pelo Qatar e a Arábia foram associados a grupos extremistas no Sahel e na Somália. Finalmente, as fissuras nas relações dos Estados do Golfo refletem na política externa africana. À medida que a Arábia Saudita intensificou sua intervenção na guerra civil do Iêmen, Djibouti, Sudão e Somália romperam as relações diplomáticas com o Irã, enquanto a Eritreia aluga seus portos e, juntamente com o Senegal e a Somália, enviaram tropas para lutar em nome da Arábia Saudita. Em troca desse apoio, os países esperam superar os desafios econômicos causados por sanções internacionais, guerra e recursos naturais limitados. Mais recentemente, a coalizão liderada pelos sauditas para isolar e sancionar o Qatar por apoiar grupos extremistas, foi seguido pelas retiradas de vários embaixadores africanos do Qatar.³³

Questões para discussão:

- As abordagens de assistência de segurança por atores emergentes são diferentes das dos parceiros externos tradicionais?
- Quais são os prós e os contras das diferentes abordagens?
- Como esses atores afetam a resolução de conflitos em todo o continente?

Leitura recomendada:

Waheguru Pal Singh Sidhu, "África: O continente indispensável para a Índia?", A África em foco, Brookings, 03 de novembro de 2015. https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2015/11/03/africa-the-indispensable-continent-for-india/

David Shinn, "O envolvimento da Turquia na África Subsaariana: Mudança de Alianças e Diversificação Estratégica", Chatham House, setembro de 2015.

Elise Barthet, "La Turquie, puissance montante en Afrique," *Le Monde*, 04 de março de 2016 (http://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/03/04/la-turquie-puissance-montante-en-afrique_4876962_3212.html).

Lidet Tadesse Shiferaw, "O papel dos Estados do Golfo em Paz e Segurança e Desenvolvimento na África Subsaariana," Istituto Affair Internazionali, *Working Paper 16*, 19 de agosto de 2016. http://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1619.pdf.

Grupo de Discussão Estudo de Caso: Coordenar e Fazer Uso de Assistência de Segurança a África

Formato: Exercício de grupo de debate

Objetivos:

- Proporcionar aos participantes uma oportunidade de aplicar conceitos de interesses estratégicos e prioridades de segurança
- Identificar enquadramentos para indicar de que forma a assistência internacional de segurança pode ser utilizada mais eficazmente

Historial:

Durante esta sessão, os participantes irão centrar-se na prestação de formação a membros de forças de manutenção da paz, do governo dos EUA aos estados africanos.

No período de 2008 a 2014, o governo dos Estados Unidos afirma ter formado mais de 250.000 militares africanos como membros de forças de manutenção da paz, gastando mais de mil milhões de USD. É muito provável que programas como a African Crisis Response Initiative (ACRI), a Africa Contingency Operations Training and Assistance (ACOTA), e a Global Peace Operations Initiative (GPOI) possam merecer algum crédito por terem aumentado o número de membros de forças de manutenção da paz, tanto em África como globalmente. Atualmente, quase metade de todos os membros de forças de manutenção da paz são africanos. Não obstante, essa impressionante capacidade africana não eliminou a necessidade de formação externa antes de destacamento para missões de manutenção da paz. Na verdade, os membros africanos de forças de manutenção da paz têm sido incapazes de preservar a formação que recebem do governo dos EUA e não só.34

Perguntas a debater:

- 1. Como pode a formação dos EUA para a manutenção da paz ser utilizada mais eficazmente em África? Como se poderiam beneficiar os estados africanos? Como pode isso beneficiar os EUA?
- 2. Considere a recomendação de que as forças militares Africanas se centrem em "formar o formador": quais são os obstáculos que os estados africanos enfrentam para manter a capacidade dos membros de forças de manutenção da paz?
- 3. Indique algumas reformas / estratégias institucionais a que os estados africanos podem recorrer para assegurar que a formação para manutenção da paz se mantém atualizada e relevante.

Leitura obrigatória:

Daniel Hampton, "Criar Meios Sustentáveis de Manutenção de Paz em África," Centro de Estudos Estratégicos de África, abril 2014. https://africacenter.org/publication/creating-sustainable-peacekeeping-capability-in-africa/. (Disponível em francês e português).

Exercício Resumo Retrospectivo: Coordenar e Fazer Uso de Assistência de Segurança a África

Cada grupo de discussão terá a oportunidade para brifar o plenário sobre os principais pontos do módulo "Parcerias Externas".

Durante o grupo de discussão, antes do *briefback*, os participantes selecionarão um apresentador e um presidente para conduzir a discussão. Também pode ser útil selecionar um anotador.

Os briefbacks dos participantes devem estar centrados nas três questões a seguir:

Pergunta comum:

Quais são os prós e contras da atual relação da África com parceiros externos?

Grupo 1:

Em que consiste uma parceria bem-sucedida entre a África e os doadores e instituições externas?

Grupo 2:

Quais qualidades ou características de liderança serão mais úteis para assegurar que o relacionamento da África com os parceiros externos seja bem sucedido?

Grupo 3:

Recusar assistência de parceiros externos coloca o relacionamento estratégico em perigo? Recusar assistência pode contribuir para um relacionamento mais forte? Sim ou não? Por quê?

Grupo 4:

Como os parceiros externos podem trabalhar cooperativamente para assegurar que a parceria com os estados africanos seja produtiva?

Cada apresentador terá entre 5 e 7 minutos para apresentar as conclusões do grupo de discussão. O *briefback* não requer uma apresentação em PowerPoint; é um briefing oral.

Depois de todas as apresentações serem ouvidas, os outros membros do plenário terão uma oportunidade para discutir o módulo.

 $^{^1}$ Dr. Salim Ahmed Salim em "A África enfrenta desafios de paz, liderança e governança", Africa News Service, 02 de julho de 2002.

² General Daniel K. Frimpong, "Apêndice Dois", *Liderança e os desafios do comando*, AFRAM Publications, (Accra: 2003), p. 156.

- ³ James Rees e Stephen J. Spignesi, "Lições de liderança de George Washington: o que o pai do nosso país pode nos ensinar sobre a liderança eficaz e o caráter", Wiley, 2007.
- ⁴ Paul Vickery, "Washington: Um legado de liderança", Harper Collins, 2011.
- ⁵ Richard C. Stazesky, "George Washington, um gênio da liderança", apresentação de fevereiro de 2000.
- ⁶ Morna, Colleen Lowe, e Loveness Jambaya Nyakujarah, eds., "Implementação" em *SADC Gender Protocol 2011 Barometer*, Johannesburg: Gender Links, 2011
- ⁷ Miranda Gaanderse, "Modelo de coleta de dados", em Security for All: West Africa's Good Practices on Gender in the Security Sector, Geneva: DCAF: 2010
- ⁸ Jacob Zenn e Elizabeth Pearson, "Mulheres, gênero e as táticas em evolução de Boko Haram", *Journal of Terrorism Research*, fevereiro de 2014.
- ⁹ "Nosso trabalho é atirar, abater e matar: o reinado de terror de Boko Haram no nordeste da Nigéria", *Anistia Internacional*, abril de 2015, https://www.amnesty.org/en/documents/afr44/1360/2015/en/.
- ¹⁰ Krista London Couture, "Uma abordagem de gênero para combater o extremismo violento: lições aprendidas com mulheres na construção da paz e prevenção de conflitos aplicadas com sucesso em Bangladesh e Marrocos", Centro de segurança e inteligência do século XXI no Brookings, Policy Paper, julho de 2014.p. 10; Naureen Chowdhury Fink, Rafia Barakat e Liat Shetret, "O papel das Mulheres no terrorismo, conflito e extremismo violento: lições para as Nações Unidas e atores internacionais", Centro de Cooperação Global contra o Terrorismo, abril de 2013.
- $^{\rm 11}$ "Nigeria row over militant killing," $\it BBC$, 31 julho de 2009. Online em:

http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/8178820.stm

- ¹² Freedom C. Onuoha e Temilola A. George, *O uso de mulheres-bomba pelo Boko Haram na Nigéria*, Centro de Estudos Al Jazeera, Doha: 17 de março de 2015.
- $\underline{http://studies.aljazeera.net/ResourceGallery/media/Documents/2015/3/18/20153189319985734Boko-Harams-Female.pdf.}$
- ¹³ EnoughProject, "Sudão do Sul", https://enoughproject.org/conflicts/south-sudan
- ¹⁴ Crisis Group, "República Centro-Africana: as raízes da violência", *Africa Report nº* 230, 21 de setembro de 2105. https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/230-central-african-republic-the-roots-of-violence.pdf; África Confidencial, "República Centro-Africana: Ocultando a decepção," Vol. 58, nº 9, 28 de abril de 2017; África Confidencial, "As milícias mudam de marcha enquanto a violência aumenta", Vol. 58, nº 11, 26 de maio de 2017; https://www.africa-confidential.com.
- ¹⁵ Mo Ibrahim Foundation, 2016 Índice Ibrahim de Governança Africana: Uma década de governança africana 2006-2016, http://mo.ibrahim.foundation/iiag/.
- ¹⁶ Crisis Group, "Crise anglófona dos Camarões na encruzilhada", Africa Report nº 250, 02 de agosto de 2017. https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/cameroon/250-cameroons-anglophone-crisis-crossroads;
- Yonathan L. Morse, "Camarões está em crise há seis meses. Aqui está o que você precisa saber", *The Washington Post*, **02 de junho de 2017.** https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2017/06/02/cameroon-has-been-in-crisis-for-six-months-heres-what-you-need-to-know/?utm_term=.2172068e0f69
- ¹⁷ Crisis Group, "Cameroon's Anglophone Crisis at the Crossroads," Africa Report No. 250, August 2, 2017. https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/cameroon/250-cameroons-anglophone-crisis-crossroads; Atkei Seta Caxton, "O dilema anglófono no Camarões: a necessidade de um diálogo e reforma abrangentes", Conflict Trends, 21 de julho de 2017. http://www.accord.org.za/conflict-trends/anglophone-dilemma-cameroon/
- ¹⁸ Human Rights Watch, "Moçambique: proeminente líder da oposição assassinado", 11 de outubro de 2016. https://www.hrw.org/news/2016/10/11/mozambique-prominent-opposition-leader-killed; "Líder da Oposição de Moçambique promete assinar o acordo de paz até novembro," VOA, 31 de agosto de 2017.

https://www.voanews.com/a/mozambique-opposition-leader-vows-sign-peace-deal-november/4010432.html.

- ¹⁹ Michael Drager, "Educação militar francesa na África: novas possibilidades de cooperação para os Estados Unidos? 29 de abril de 2016, *Security Assistance Blog*, http://securityassistance.org/our-work/blog/author/26264
- ²⁰ Nações Unidas, "Parceria mais forte das Nações Unidas com a União Africana possível devido a renovação de acordos regionais, afirma a Declaração Presidencial do Conselho de Segurança," 24 de maio de 2016 (http://www.un.org/press/en/2016/sc12370.doc.htm)
- ²¹ James McGann, "2016 Global Go To ink Tank Index Report,' 26 de janeiro de 2016, University of Pennsylvania, http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=think_tanks
- ²² Asteris Huliaras, "Raizes Evangélicas da Política Externa dos EUA, 5 de dezembro de 2008.
- ²³ Mark A. Stein, "Protestos anti-apartheid se espalham pelos EUA" 25 de abril de 1985, *LA Times. http://articles.latimes.com/1985-04-25/news/mn-12143_1_protests-spread.*
- ²⁴ Adam Taylor, "Was #Kony2012 a failure?" *Washington Post*, **16** de dezembro de **2014**. https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/12/16/was-kony2012-a-failure/?utm term=.70619f2959c6.

Centro África de Estudos Estratégicos

- ³¹ Prakhar Gupta, "Visita de Modi à África: para uma maior cooperação em segurança marítima," *The Diplomat*, 18 de julho de 2016. http://thediplomat.com/2016/07/modis-africa-visit-toward-greater-cooperation-in-maritime-security/; Waheguru Pal Singh Sidhu, "África: O continente indispensável para a Índia?", A África em foco, Brookings, 03 de novembro de 2015. https://www.brookings.lndia, "India and Africa: Forging a Strategic Partnership," October 2015. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2015/10/india-africa-briefing-book-brookings-india.pdf
 ³² Lidet Tadesse Shiferaw, "O papel dos Estados do Golfo em Paz e Segurança e Desenvolvimento na África
- ³² Lidet Tadesse Shiferaw, "O papel dos Estados do Golfo em Paz e Segurança e Desenvolvimento na Africa Subsaariana," Istituto Affair Internazionali, Working Paper 16, 19 de agosto de 2016. http://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1619.pdf.
- ³³ Rashid Abdi, "Um Golfo perigoso no Chifre: como a crise interárabe está alimentando tensões regionais", Crisis Group, 3 de agosto de 2017. https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/dangerous-gulf-horn-how-inter-arab-crisis-fuelling-regional-tensions; Hamza Mohamed, "África e a crise do Golfo: o perigo de escolher um lado", *AlJazeera*. 15 de junho de 2017. http://www.aljazeera.com/news/2017/06/africa-gulf-crisis-peril-picking-sides-170615100929852.html
- ³⁴ Daniel Hampton, "Criar Meios Sustentáveis de Manutenção de Paz em África," Centro de Estudos Estratégicos de África, abril 2014. https://africacenter.org/publication/creating-sustainable-peacekeeping-capability-in-africa/.

²⁵Chris Alden, "Buscando segurança na África: a evolução da abordagem da China para a Arquitetura Africana de Paz e Segurança", Noref Report, março de 2014.

²⁶Operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

 $^{^{27}}$ Abigaël Vasselier, "Política externa chinesa no Sudão do Sul: vista do terreno", Brief da China Vol. 16, nº 13, The Jamestown Foundation, 22 de agosto de 2016, pg. 15-19.

²⁸ David Shinn, "O envolvimento da Turquia na África Subsaariana: Mudança de Alianças e Diversificação Estratégica", Chatham House, setembro de 2015.

²⁹ Saferworld, junho de 2015

³⁰ David Shinn.